



***ESTIMAÇÃO DE FUNÇÕES
EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DO
BRASIL PARA OS PAISES DO
MERCOSUL – UMA EVIDÊNCIA
EMPÍRICA***

EDUARDO MAUCH PALMEIRA

2005

***ESTIMAÇÃO DE FUNÇÕES
EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DO BRASIL PARA OS PAISES DO
MERCOSUL – UMA EVIDÊNCIA EMPÍRICA***

EDUARDO MAUCH PALMEIRA*

eduardopalmeira@brturbo.com

(*)GRADUADO CIÊNCIAS ECONÔMICAS(UCPEL) E ESPECIALISTA EM TECNOLOGIA DE INFORMAÇÕES – T.I. (UCPEL)
PROFESSOR DO CURSO DE ECONOMIA – DEGECON – ICH - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL) RS – BRASIL
EX-GERENTE DO BANCO DO POVO DE PELOTAS- RS- BRASIL

Copyright: Eduardo Mauch Palmeira
Todos os Direitos desta edição
Serão reservados ao autor

SUMÁRIO

PÁGINAS

Sumário.....	03
Índice de tabelas e gráficos	06
Capítulo I -Introdução.....	07
1.1- O Mercosul como processo histórico e como realidade sociológica.....	07
1.2- Da integração Brasil-Argentina ao Mercado Comum do Sul.....	08
1.3- A economia a serviço da política: a construção do Mercosul.....	12
1.4- Desenvolvimento político e econômico do Mercosul de 1991 a 2001.....	16
1.5- Estrutura Jurídico-Institucional do Mercosul.....	24
1.5.1- Grupo Mercado Comum.....	25
1.5.2- Comissão de Comércio do Mercosul.....	26
1.6- Um balanço do Mercosul em seus primeiros dez anos : realizações e limites.....	28
1.7- As forças econômicas da globalização.....	34
Capítulo II- Integração Econômica.....	37
2.1- O que é integração econômica?.....	37
2.2- Tipos de integração econômica.....	40
2.2.1- A Zona de Preferências Tarifária.....	40
2.2.2- A Zona ou Área de Livre Comércio.....	40
2.2.3- A União Aduaneira.....	41
2.2.4- O Mercado Comum.....	42
2.2.5- A União Econômica e Monetária.....	43
Capítulo III – Revisão Bibliográfica.....	45
3.1- Determinante das Importações.....	45

3.2- Determinantes das Exportações.....	46
3.3- Produto Interno Bruto.....	46
3.3.1- Produto Interno Bruto Nominal.....	47
3.3.2- Produto Interno Bruto Real.....	47
3.4- Taxa de Câmbio.....	47
3.4.1- Taxa de Câmbio Fixa.....	47
3.4.2- Taxa de Câmbio Flutuante.....	48
3.4.3- Taxa de Câmbio Real.....	48
Capítulo IV- Estudos Empíricos Realizados.....	49
Capítulo V- Metodologia.....	53
5.1- Base de Dados.....	53
5.2- Operacionalidade dos Dados.....	55
5.3- Métodos de Estimação e suas Hipóteses.....	56
5.4- Regressão com Variáveis Dummies.....	58
5.5- Seleção de Variáveis.....	58
5.5.1- Importação.....	58
5.5.2- Exportação.....	59
5.5.3 Taxa de Câmbio Real.....	59
5.5.4- Produto Interno Bruto.....	60
5.6- Especificação dos Modelos.....	60
5.6.1- Função Demanda por Importações.....	60
5.6.2- Função Demanda por Exportações	61
5.6.3- Modelo Econômico Linear.....	63
5.6.3.1- Exportação para a Argentina.....	63
5.6.3.2- Importação da Argentina.....	63

5.6.3.3- Exportação para o Uruguai.....	64
5.6.3.4- Importação do Uruguai.....	64
5.6.4- Modelo Econométrico Linear.....	65
5.6.4.1- Exportação para a Argentina.....	65
5.6.4.2- Importação da Argentina.....	66
5.6.4.3- Exportação para o Uruguai.....	66
5.6.4.4- Importação do Uruguai.....	67
5.6.5- Modelo Logarítmico Linear ou Log-Log.....	67
5.6.5.1- Exportação para a Argentina.....	67
5.6.5.2- Importação da Argentina.....	68
5.6.5.3- Exportação para o Uruguai.....	69
5.6.5.4- Importação do Uruguai.....	69
Capítulo VI- Conclusões.....	71
6.1- Resultados.....	71
6.1.1- Resultados Exportação para a Argentina.....	71
6.1.1.1- Interpretação das Regressões.....	71
6.1.2- Resultado das Importações da Argentina.....	72
6.1.2.1- Interpretação das Regressões.....	73
6.1.3- Resultados Exportação para o Uruguai.....	74
6.1.3.1- Interpretação das Regressões.....	74
6.1.4- Resultado das Importações do Uruguai.....	75
6.1.4.1- Interpretação das Regressões.....	76
Relação de Siglas.....	78
Fontes e Bibliografia.....	80

INDÍCE DE TABELAS

Tabela 01- Comércio do Brasil com os países do Mercosul.....	23
Tabela 02- Coeficiente das regressões – Exportações para a Argentina.....	71
Tabela 03- Estatística das regressões – Importações da Argentina.....	71
Tabela 04- Coeficiente das regressões – Exportações para o Uruguai.....	72
Tabela 05- Estatística das regressões – Importações do Uruguai.....	73
Tabela 06- Coeficiente das regressões – Importações do Uruguai.....	74
Tabela 07- Estatística das regressões – Importações do Uruguai.....	74
Tabela 08- Coeficiente das regressões – Importações do Uruguai.....	75
Tabela 09- Estatística das regressões – Importações do Uruguai.....	76

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1. O MERCOSUL como processo histórico e como realidade sociológica

O MERCOSUL, entendido como processo complexo de construção progressiva de um espaço integrado no Cone Sul, transcende em muito as realizações econômicas, políticas e diplomáticas acumuladas ao longo dos primeiros dez anos de sua existência formal, contados a partir da assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991.

Trata-se de uma realidade sociológica fortemente embasada no contexto histórico e político do subcontinente sul-americano, extravasando o simples conceito econômico de união aduaneira ou de mercado comum, visto que apresenta características iminentes do ponto de vista sócio-estrutural que vão além dos resultados alcançados nos planos comercial, político-diplomático ou mesmo “societal” dos quatro países membros.

A realidade sociológica e o alcance efetivo do Mercosul na geoeconomia e na história política recente da região extrapolam a simples área coberta pelo território combinado dos quatro membros originais e dos dois países associados.

Da mesma forma, seu “tempo histórico” de desenvolvimento ultrapassa a mera cronologia de uma década, devendo-se remontar à segunda metade do século XX para projetar sua influência real nas próximas décadas.

Qualquer avaliação ponderada de um processo de construção integracionista tão complexo como o MERCOSUL deve partir de premissas realistas e de critérios razoáveis de aferição de resultados e julgar os sucessos alcançados.

Assim com as insuficiências manifestas do projeto de mercado comum, em sua ótica e méritos próprios, que devem ser os dos objetivos originalmente propostos pelos “países fundadores” e expressos nos textos constitutivos, nos mandatos ulteriores e nas decisões derivadas, recusando, portanto, a adoção de uma perspectiva principista que consistiria na crítica à realidade existente a partir de um modelo suposto ideal de integração, geralmente identificado com o padrão europeu.

Um rápido percurso sobre as origens históricas e os fundamentos econômicos do Mercosul torna-se entretanto necessário para identificar as diferenças, continuidades e rupturas em relação ao processo imediatamente anterior.

2. Da integração Brasil-Argentina ao Mercado Comum do Sul

Os processos de aproximação, de cooperação e de integração entre a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai, que resultaram no Tratado de Assunção de 1991 e na construção integracionista posterior, associando ao projeto outros países do Cone Sul latino-americano, possuem antecedentes políticos e estruturais tanto internos quanto externos ao esquema sub-regional, cujas principais etapas históricas de desenvolvimento poderiam ser sumariadas em torno de algumas datas simbólicas desse longo itinerário que provavelmente ultrapassa meio século de ensaios, logros positivos e frustrações.

Com efeito, data do início dos anos 1940, ainda antes da guerra européia ter-se convertido num conflito mundial de proporções gigantescas, a tentativa de uma primeira união aduaneira bilateral Brasil-Argentina, aberta à época aos demais países da sub-região.

Tal projeto foi descontinuado não apenas em função dos itinerários políticos diversos seguidos pelos dois países naquela conjuntura político-militar, como provavelmente também,

no plano estrutural, em razão de assimetrias econômicas, da baixa intercomplementaridade industrial e do caráter ainda mais excêntrico de suas respectivas parcerias comerciais externas¹.

O projeto seria renovado no início dos anos 50, por iniciativa peronista, sob a forma de um segundo “Pacto ABC” (Argentina, Brasil, Chile), mas as naturais diferenças políticas e de orientação diplomática hemisférica entre os governos dos três países, no contexto da Guerra Fria, sepultaram rapidamente essa tentativa de caráter mais “hegemônico” do que propriamente econômico ou comercial.

Dada a referida conjuntura, tanto as primeiras formulações de políticas comercial e industrial por parte da CEPAL (dirigida então por Raúl Prebisch) como o exemplo então oferecido pelo núcleo original do mercado comum europeu, incitaram o Brasil e a Argentina a retomarem o projeto integracionista.

Vale recordar que, por limitações próprias ao GATT-1947, era impossível à época constituir uma simples área de preferências tarifárias entre os países interessados da região ou concluir um pacto comercial bilateral mais avançado entre os dois grandes, razão pela qual foi preciso adotar o formato de uma zona de livre-comércio, consubstanciada na ALALC, criada pelo primeiro Tratado de Montevideu (1960).

Não é preciso retomar aqui o itinerário de avanços e recuos desse esquema, logo sofrendo as restrições políticas dos governos militares ou a competição de projetos mais ambiciosos de integração, como o do Pacto Andino (1969).

Na realidade, o Brasil e a Argentina sempre realizaram a maior parte das transações comerciais operadas ao abrigo dos acordos preferenciais da ALALC e dos mecanismos de liquidação de contas previstos no Acordo de São Domingo de 1965 (compensações

¹ ALMEIDA, Paulo Roberto de, *O Mercosul no contexto regional e internacional*, São Paulo, Aduaneiras, 1993

interbancárias à base de créditos recíprocos, contrariamente aos sistemas de pagamentos multilaterais recomendados pelo FMI).

O fato é que o Brasil e a Argentina, depois de praticamente duas décadas de objetivos conflitantes — inclusive no que se refere ao aproveitamento dos recursos hídricos do Prata — e de uma competição militar tão irracional politicamente quanto custosa econômica e diplomaticamente — pois que envolvendo projetos nucleares sem qualquer correspondência com as realidades estratégicas e de segurança da região e no plano global —, decidiram retomar, o projeto de construção progressiva de um mercado comum bilateral, tal como inicialmente proposto nos anos 1950 por pioneiros da integração como Hélio Jaguaribe².

A reaproximação nos anos oitenta entre Brasil e Argentina foi possível graças ao contexto dos processos de redemocratização política e dos novos esquemas preferenciais existentes ao abrigo do segundo Tratado de Montevideu (de 1980, que criou a ALADI, sucessora da ALALC) e da cláusula de habilitação do GATT (tal como emanada da Rodada Tóquio de negociações comerciais multilaterais, em 1979).

A fase que se estende do Programa de Integração e de Cooperação Econômica, desenhado em 1986 por diplomatas de ambos os países sob a liderança dos presidentes Raul Alfonsín e José Sarney, até a Ata de Buenos Aires de julho de 1990, passando pelo Tratado de Integração de 1988, corresponde a um processo bilateral de aprofundamento do movimento integracionista, que não tinha por motivação excluir outros parceiros sub-regionais, e cuja vocação primária era inteiramente condizente com o projeto de industrialização competitiva dos dois países e de fortalecimento de um centro econômico próprio no contexto sub-regional.

² ALMEIDA, Paulo Roberto de, *O Mercosul no contexto regional e internacional*, São Paulo, Aduaneiras, 1993

Foi o caso, por exemplo do Uruguai, que acompanhou cada um dos entendimentos mantidos na segunda metade dos anos 1980 pelos seus dois vizinhos, mas que não desejou associar-se a eles.

Até então, a liberalização recíproca do comércio e a definição de políticas setoriais comuns obedecia a uma lógica industrial e de fortalecimento conjunto da base econômica sub-regional.

Os fundamentos empíricos do processo bilateral nessa fase eram fornecidos por um novo modelo de integração que combinava elementos “dirigistas” da experiência comunitária europeia (a constituição de um mercado comum com o estabelecimento de políticas setoriais comuns, ativamente orientadas para a consolidação de estruturas produtivas locais) com a cobertura parcial típica dos esquemas preferenciais “aladianos” (seleção de setores para a redução progressiva das barreiras tarifárias e não-tarifárias).

Esse modelo tinha a vantagem de ser claro em seus objetivos de complementaridade industrial, mas acarretava igualmente a desvantagem de requerer a negociação de acordos específicos, sempre parciais, para o estabelecimento do objetivo do mercado comum em dez anos (de 1989 a 1998).

Em todo caso, o conceito de MERCOSUL estava lançado, assim como o embrião das futuras instituições intergovernamentais — Conselho de Ministros, Grupo Mercado Comum, subgrupos de trabalho — que iriam marcar todo o processo de integração na década que se seguiu e de fato até a atualidade.

Em termos de relações regionais e internacionais, as políticas externas do Brasil e da Argentina — e mesmo, de certo modo, suas políticas econômicas internas e externas — passavam a estar indissociavelmente ligadas e interconectadas, mesmo se, em diversas fases e para questões tanto tópicas como para elementos mais gerais das filosofias respectivas de cada

governo, suas respectivas políticas externas divergissem por vezes dramaticamente no espírito e na letra da construção integracionista.

Os regimes cambiais e as alianças externas preferenciais são apenas dois dos exemplos mais eloqüentes das assimetrias e discordâncias que o Brasil e a Argentina continuaram a exibir ao longo dos anos 1990 e mesmo durante momentos de crise do sistema político internacional e do sistema multilateral de comércio.

O elemento novo, contudo, a ser destacado como resultado da integração dos anos 1980 seria a definição de uma relação privilegiada entre os dois países que modificou de forma relevante o cenário estratégico na América do Sul.

3. A economia a serviço da política: a construção do MERCOSUL

A conjuntura política e econômica, interna e externa do Cone Sul, mudou significativamente no período entre meados de 1985 e final de 1990.

As difíceis negociações da Rodada do Uruguai para a liberalização do acesso a mercados e para a regulação de setores não cobertos ou insuficientemente cobertos pelas regras do GATT — em serviços, investimentos, propriedade intelectual, agricultura, têxteis — assim como o novo impulso dados aos esquemas regionais de liberalização e de integração introduziram um novo desafio para o esquema concertado entre o Brasil e a Argentina.

O debate tinha a ver com o ritmo e a cobertura do processo de integração, julgado por muitos observadores à época como excessivamente lento e cauteloso — “flexível e gradual” nos termos dos entendimentos bilaterais.

A entrada em vigor do acordo de livre-comércio entre o Canadá e os Estados Unidos em 1989 e a perspectiva de sua extensão a outros países do hemisfério tal como propugnava a “Iniciativa para as Américas” de George Bush em junho de 1990, a perspectiva de uma “fortaleza Europa” a partir de 1993, prometida pelo Ato Único Europeu de 1986, assim como a não conclusão da Rodada do Uruguai em dezembro de 1990, em Bruxelas, como previsto no esquema inicial, foram fatores que, tomados conjuntamente, atuaram de maneira decisiva na decisão em favor da conformação do MERCOSUL.

Sem desconsiderar os fatores extra-regionais acima mencionados, o fator singular mais importante na tomada de decisão política em favor do formato quadrilateral do MERCOSUL ocorreu durante os anos iniciais dos governos Carlos Menem e Fernando Collor de Mello, cujo compromisso político foi o de buscar o aprofundamento e a aceleração da integração a dois, reduzindo significativamente (para apenas quatro anos) os prazos e as modalidades previstos no Tratado de 1988.

O referido compromisso foi referendado pela Ata de Buenos Aires, em julho de 1990, e suas conseqüências não se limitaram à mudança de ritmo do processo bilateral, mas afetaram, fundamentalmente, o caráter do processo de integração. Em lugar da abordagem “dirigista” e “flexível” do esquema anterior, a integração assumiu uma natureza livre-cambista e o desmantelamento das barreiras existentes passou a ocorrer de forma automática³.

Essa decisão “dramática”, tanto em termos políticos como comerciais, determinou uma nova configuração nos equilíbrios sub-regionais, com a convocação de reuniões de consultas entre os principais interessados no processo, que nessa conjuntura envolvia o Chile e o Uruguai, mas não ainda o Paraguai. O país andino do Pacífico logo chegou à conclusão de que não poderia ingressar num projeto de mercado comum cujos pressupostos tarifários iam a

³ ALMEIDA, Paulo Roberto de , *Mercosul: fundamentos e perspectivas*, São Paulo, LTr, 1998

contra corrente de seu perfil linear de uma tarifa única e exclusiva de 11%, num momento em que Brasil e Argentina ainda exibiam médias tarifárias superiores a 40%, com picos por vezes superiores a 100%.

O Chile eximiu-se, portanto, de ingressar no novo esquema sub-regional, preferindo apostar numa futura negociação comercial com os Estados Unidos (retomada apenas dez anos depois, em dezembro de 2000, e com resultados ainda bastante incertos).

O Paraguai, por sua vez, após ter-se provisoriamente reabilitado de uma longa fase ditatorial e caudilhesca, foi incorporado ao esquema negociador com o apoio do Brasil, dado o interesse deste último em disciplinar o comércio ilegal na fronteira entre os dois países.

Como resultado de seis meses de intensas negociações entre os quatro países do Cone Sul, chegou-se à definição de um instrumento plurilateral de integração — conhecido desde então por Tratado de Assunção — cujas linhas básicas, entretanto, já tinham sido dadas pelo tratado de integração bilateral de 1988 e sobretudo pelo esquema livre-cambista bilateral da Ata de Buenos Aires de julho de 1990.

Todos os mecanismos, instrumentos, órgãos e em especial os calendários de desgravação eram essencialmente os mesmos, com algumas exceções tópicas concedidas em termos de prazos maiores (um ano adicional) e de ampliação da lista de produtos sensíveis concedidas aos dois novos sócios menores.

Mais importante foram preservadas a reciprocidade política total e absoluta entre os países membros e a igualdade de direitos e obrigações entre eles, inclusive no plano da tomada de decisões, a despeito dos diferenciais de peso e importância relativos intra-Mercosul ainda mais dramáticos do que aqueles existentes entre os integrantes do outro único esquema historicamente conhecido e exitoso de mercado comum, a Comunidade Européia.

Essas assimetrias absolutas existentes no MERCOSUL — com o Brasil representando entre 70 e 80% de sua massa física, em termos de território, população, produto bruto e comércio exterior — também viriam a existir no NAFTA então em conformação, mas sem o complicador, neste último caso, dos regimes uniformes, das políticas setoriais harmonizadas (ou pelo menos coordenadas) e, sobretudo, da política comercial e da Tarifa Externa Comum que se tornam obrigatórias quando se passa de um simples esquema de livre-comércio para a maior complexidade do mercado comum.

O MERCOSUL quadrilateral estava, portanto, formalmente criado, com o nome oficial — não de tratado do mercado comum do Sul, como muitas vezes se acredita, mas — de “tratado para a constituição de um mercado comum entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai”, colocando assim no futuro o que então era um projeto extremamente ambicioso no que se refere a prazos e natureza dos compromissos assumidos (nada menos que a “harmonização de políticas setoriais” e a “coordenação de políticas macroeconômicas”, por exemplo).

Na letra, como se disse, o Tratado de Assunção nada mais é senão uma reprodução *ipsis litteris* dos mecanismos estabelecidos na Ata de Buenos Aires, ainda que seu espírito formal tenha sido adaptado ao esquema quadrilateral e que, na fase subsequente de negociações internas e externas.

O conteúdo substantivo das políticas econômicas e comerciais adotadas eventualmente para cada um dos quatro membros originais estivesse longe das características de *ipsis verbis* que seria de se esperar de um esquema elaborado de integração como pretende ser um mercado comum. Essa característica se refletiria no desenvolvimento do MERCOSUL, como se verá.

4. Desenvolvimento político e econômico do MERCOSUL de 1991 a 2001

Os dez anos que se seguiram à data de assinatura do Tratado de Assunção, em março de 1991, foram marcados por diferentes fases de desenvolvimento interno e externo do Mercosul, tanto em função do seu calendário próprio — definido de maneira bastante otimista, de estabelecimento progressivo e de consolidação do mercado comum (ainda um objetivo não alcançado, como se sabe) —, como em virtude de processos internos e externos que impactaram de forma negativa essas diferentes etapas, sem que os Estados membros lograssem controlar, a cada vez, o itinerário e o desenrolar das forças econômicas e políticas em jogo nas tendências de curto prazo do futuro mercado comum.

A última década pode ser dividida a *grosso modo* em três etapas:

(a) a fase de transição, prevista no próprio tratado, até o final de 1994;

(b) a configuração institucional da união aduaneira, iniciada formalmente em primeiro de janeiro de 1995, mas que de fato corresponde a uma “segunda fase de transição”, pois que abrindo espaço de tempo adicional para que fossem completados os requisitos de uma zona de livre-comércio completo e de uma união aduaneira acabada;

(c) finalmente, uma conjuntura de crise política e econômica aberta com a desvalorização do real em janeiro de 1999 e a ameaça subsequente de dolarização na Argentina.

Os contenciosos comerciais e os reclamos protecionistas decorrentes foram em grande medida contornados por um programa de “relançamento” do MERCOSUL no ano de 2000, a despeito das pressões dos Estados Unidos e de outros países (em particular o Chile, que hesita entre a adesão plena ao MERCOSUL e um acordo de livre comércio com os EUA) em

favor da antecipação dos prazos negociadores para a formação da área de livre comércio hemisférica (ALCA).

Os objetivos fixados no Artigo 1º do Tratado de Assunção para a fase de transição eram muito claros, a saber: a constituição, até 31 de dezembro de 1994, de um mercado comum, caracterizado pela “livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos”, pelo “estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum” e pela “coordenação das políticas macroeconômicas”, assim como o “compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes”.

No que se refere, por exemplo, à livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países membros, tal deveria ser atingida por meio, entre outros, da eliminação de direitos alfandegários e de restrições não-tarifárias à circulação de bens e serviços, ou seja, alcançando-se uma zona de livre-comércio.

No prazo acordado, as metas foram atingidas apenas parcialmente, essencialmente no que se refere à livre circulação de bens — embora vários produtos permanecessem nas listas de exceções, com restrições de diversas ordens — mas não no tocante a serviços ou a uma indefinida categoria de “fatores produtivos”, que poderia ser considerada como o equivalente da circulação de trabalhadores (ou pelo menos de trabalho especializado).

Desse ponto de vista, e mesmo considerando-se uma “segunda fase de transição” no período posterior a 1995 (quando foi estabelecido um programa para o acabamento dos objetivos do Tratado de Assunção conhecido como “MERCOSUL 2000”), o MERCOSUL passa a ser uma união aduaneira incompleta, embora a livre circulação de bens contemple a quase totalidade da pauta aduaneira, pelo menos em número de itens.

Entretanto, parte expressiva do comércio intrarregional, senão em volume pelo menos em valor, é composto por produtos do setor automobilístico (automóveis e peças), que permaneceu à margem da união aduaneira durante os primeiros dez anos do MERCOSUL.

Foi apenas em dezembro de 2000 que, finalmente, se logrou estabelecer um marco comum, quadripartite para o comércio administrado para esse setor, muito embora algumas dúvidas subsistam quanto à capacidade Argentina (e dos outros dois sócios menores) de cumprir o acordado.

Um acordo-marco para a livre circulação de serviços — Protocolo de Montevideú, adotando basicamente o modelo do GATT — foi adotado em dezembro de 1997, prevendo a liberalização progressiva da oferta de serviços inter-regionais num prazo de dez anos, mas sua implementação depende da negociação de acordos setoriais específicos e de compromissos explícitos de abertura, que se encontram atualmente na Segunda Rodada de Negociações.

No que tange a Tarifa Externa Comum (TEC), esta foi efetivamente definida nos prazos fixados (isto é, antes de 31.12.94), o que teoricamente converteria o MERCOSUL em uma união aduaneira a partir de 1995, mas a implementação da TEC sofreu igualmente novos atrasos temporais e a imposição adicional de regimes temporários de exceção (listas de exceções nacionais, definidas para cada um dos membros, e portanto, diferenciadas e não aplicadas de forma quadripartite).

Outras exceções dizem respeito às Listas de Convergência, acordadas na Reunião Ministerial de Ouro Preto, em dezembro de 1994, para Bens de Capital (com vigência até 01/01/2001 – em fase de renegociação) e para Produtos do Setor de Informática e Telecomunicações (com vigência até 01/01/2006).

A TEC se apresenta com uma estrutura racional em termos econômicos, comportando em seu regime normal um leque de dispersão relativamente reduzido (de 0 a 20%), que

esposou características da própria tarifa aduaneira brasileira — compreensivelmente o país de maior relevância para o comércio intra e extra-regional.

Sob o impacto da crise financeira asiática e em vista os problemas decorrentes do choque de competitividade externo tanto sobre o Brasil quanto à Argentina, a TEC foi objeto de revisão em dezembro de 1997, procedendo-se, por meio de acordo quadripartite, a um aumento linear de 3 pontos nas alíquotas efetivas, o que representou um aumento de 25% na tarifa média de 14% aplicada geralmente pelos países membros.

Durante a reunião do Conselho do Mercado Comum (Florianópolis, 14 e 15/12/2000), os Estados Partes alegaram necessidades fiscais para não procederem à redução integral do aumento transitório da TEC.

Nessa ocasião, foi acordada a redução dos níveis tarifários adicionais para 2,5 pontos percentuais, com o compromisso de estabelecer novas reduções de acordo com cronograma a ser definido até 30 de junho de 2001.

Em fevereiro de 2001, contudo, o novo ministro da economia da Argentina, Domingo Cavallo, assumiu em atmosfera de crise, prometendo revitalizar a economia de seu país: sua primeira providência foi a de suspender unilateralmente a vigência da TEC para um certo número de produtos, fixando novas tarifas para dois grupos de importações (basicamente 35% para bens de consumo corrente, como forma de proteger temporariamente indústrias argentinas ameaçadas, e zero para bens de capital, de maneira a estimular-lhes a competitividade).

Muito embora a reunião extraordinária do MERCOSUL, em abril de 2001, tenha ratificado essas mudanças e acolhido as “exceções temporárias” acordadas à Argentina, essa nova realidade, mais as sucessivas declarações do ministro Cavallo no sentido de fazer o MERCOSUL retroceder a um *status* de simples zona de livre-comércio, contribuíram para agravar a situação de crise política vivida pelo bloco desde a desvalorização brasileira de

janeiro de 1999 e para criar uma impressão internacional de “inviabilidade” do projeto de mercado comum em face de pressões externas tão relevantes como a criada com as negociações da ALCA.

A TEC deveria ter sido complementada por uma política comercial conjunta dos países membros em relação a terceiros países, mas diversos elementos dessa política permaneceram carentes de uma definição, como no caso dos incentivos fiscais.

Durante a fase de transição, houve consenso de que se deveriam identificar os casos de política industrial ou fiscal suscetíveis de representar subsídios ou vantagens indevidas para qualquer dos membros, em vista de sua harmonização ulterior, com vistas a evitar distorções comerciais na região.

A despeito de esforços conduzidos na fase subsequente, não houve contudo acordo nesse sentido, o que aliás gerou polêmicas internas relativas a regimes especiais concedidos ao setor automobilístico no Brasil e na Argentina.

O Brasil considera que o desmantelamento de sua política de incentivos fiscais e creditícios, como por exemplo os programas promovidos pelo BNDES, vincula-se estreitamente ao correspondente desmantelamento da aplicação unilateral e abusiva de direitos antidumping e medidas compensatórias no comércio intrazona.

A consolidação de uma união aduaneira perde sentido se não forem criados mecanismos e disciplinas comuns nessas duas áreas.

No mesmo sentido, o tema da coordenação das paridades cambiais, importante em vista de suas repercussões imediatas nas correntes de comércio e nos fluxos de capitais, foi objeto de estudos aprofundados, a partir de uma análise dos regimes cambiais nacionais existentes e do papel, na definição das paridades recíprocas, do intercâmbio intra e extrazona.

Não se logrou, contudo, uma definição tendente à adoção de um sistema de bandas convergentes ou mesmo um sistema monetário baseado em paridades fixas, tendo em vista os grandes descompassos observados nos processos de ajuste e de estabilização macroeconômica, praticamente desde o início do MERCOSUL.

A Argentina adotou, como se sabe, a partir de maio de 1991 (Plano Cavallo), uma lei de conversibilidade, sustentada numa paridade absoluta entre o peso e o dólar, enquanto o Brasil tardava até 1994 para iniciar seu processo de estabilização (Plano Real), parcialmente sustentado numa âncora cambial.

A despeito da vontade política dos governos dos quatro países membros, fatores de política econômica interna na Argentina e no Brasil (recessão, desemprego, sistemas de câmbio diferentes, processos eleitorais), acoplados às conseqüências das crises financeiras internacionais de fins de 1994 no México, de 1997 na Ásia e de 1998 na Rússia e no próprio Brasil em seguida, causaram sérias dificuldades para a continuada evolução positiva do processo negociador regional.

A adoção de um regime cambial flutuante no Brasil, que resultou na desvalorização do real, em janeiro de 1999, deflagraram uma grave crise político-comercial e de credibilidade externa.

Na esteira da crise da desvalorização, foi criado, em junho de 1999, o Grupo de Trabalho sobre Coordenação de Políticas Macroeconômicas, com vistas a retomar os entendimentos sobre o tema e propor ações tendentes ao aumento da percepção de credibilidade do bloco frente aos investidores internacionais.

O exercício quadripartite de coordenação macroeconômica sem dúvida agrega projeção internacional aos programas de estabilidade monetária dos países da região, a despeito das críticas de que foram reduzidos seus resultados concretos e de que os ganhos em termos de

credibilidade externa do Brasil se deveram muito mais aos indicadores macroeconômicos alcançados individualmente pelo País do que a qualquer iniciativa ou outro esforço que se possa reputar ao Grupo de Trabalho sobre Coordenação de Políticas Macroeconômicas.

É acertado notar, no entanto, que a publicação em outubro de 2000 de indicadores macroeconômicos sobre aspectos fiscais e a antecipação dos prazos previstos para a definição de metas macroeconômicas não foram suficientes, por exemplo, para evitar a atual crise de credibilidade da Argentina nos mercados externos.

A desvalorização do real foi igualmente impactante em termos políticos e comerciais, dada a imediata reação do setor privado argentino, logo encampada pelo Governo de Buenos Aires às vésperas da eleição.

O receio, que se comprovou infundado, de inundação de produtos brasileiros nos mercados vizinhos ou de fuga de capital para o Brasil reacendeu demandas protecionistas por parte de setores de menor competitividade naquele país.

Foi possível perceber-se a magnitude do problema, de toda forma, pela queda inédita no volume do intercâmbio intra- MERCOSUL, com a redução do saldo comercial até então acumulado pela Argentina contra o Brasil.

No ano seguinte, porém, os fluxos de comércio já tinham retomado os valores anteriores à crise, mas subsistiam os problemas de competitividade Argentina vinculados em parte a seu regime cambial rígido.

A tabela 1 resume os valores do comércio do Brasil com seus parceiros do MERCOSUL, com fluxos em contínuo crescimento até o início da fase de crises financeiras, a redução efetiva ocorrida em 1998 e sobretudo em 1999 e a retomada de fluxos próximos dos normais em 2000.

Tabela 1- Comércio do Brasil com os países do MERCOSUL

(US\$ bilhões valores aproximados)

Anos	Exportações	Importações	Saldo
1992	4,09	2,28	+1,81
1993	5,38	3,37	+2,01
1994	5,92	4,58	+1,34
1995	6,15	6,84	-0,69
1996	7,30	8,30	-1,00
1997	9,04	14,97	-5,93
1998	8,87	9,42	-0,55
1999	6,77	6,71	+0,06

Fonte: MDIC/Sistema Alice

De forma geral, pode-se reconhecer que o Mercosul atuou, em seus primeiros dez anos, como uma espécie de mecanismo anticíclico no plano das conjunturas econômicas, servindo o Brasil, aliás, como provedor de saldos comerciais para seus parceiros.

O bloco constituiu-se em fator eminentemente positivo para a consolidação de políticas orientadas para a estabilização macroeconômica, para a busca de competitividade interna e externa e para a introdução de medidas de ajuste fiscal e de regimes regulatórios responsáveis e avançados na região.

Os avanços, quer no plano da liberalização do acesso aos mercados recíprocos, quer no terreno da coordenação e harmonização de políticas têm sido mais lentos do que o desejado por seus planejadores originais ou pretendido por alguns entusiastas da integração, mas a cautela na

implementação das medidas previstas e necessárias representa, talvez, uma garantia contra retrocessos eventuais.

5. Estrutura jurídico-institucional do MERCOSUL

No âmbito institucional, o Protocolo de Ouro Preto, adotado em dezembro de 1994 para atender ao estipulado no Artigo 18 do Tratado de Assunção, confirmou a escolha básica de 1991 por uma estrutura orgânica de tipo intergovernamental, descartando-se, portanto, o chamado “salto supranacional” desejado por alguns teóricos.

Esse Protocolo estabeleceu a seguinte estrutura institucional “definitiva”:

- a) Conselho do Mercado Comum (CMC): órgão supremo do processo de integração, composto pelos ministros de Relações Exteriores e da Economia; adota decisões;
- b) Grupo Mercado Comum (GMC): órgão executivo cuja função é a de assistir o Conselho nas decisões de natureza executiva; adota resoluções;
- c) Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM): assiste o GMC na aplicação dos principais instrumentos de política comercial comum;
- d) Comissão Parlamentar Conjunta (CPC): canal de representação dos Parlamentos dos quatro países, encaminhando suas propostas ao CMC;
- e) Foro Consultivo Econômico-Social (FCES): permite aos diferentes setores da sociedade (sindicatos, consumidores, sociedade civil em geral) encaminhar seus pleitos e proposições aos órgãos de decisão, no seu caso ao GMC;

f) Secretaria Administrativa do MERCOSUL (SAM): com sede em Montevideu e vinculada ao GMC, faz o registro das decisões tomadas pelos órgãos permanentes e facilita o processo de solução de controvérsias na fase arbitral.

Desde a assinatura do Tratado de Ouro Preto, a estrutura institucional tem sofrido pequenas modificações, caracterizadas principalmente pela criação de novos foros.

A última reestruturação institucional do MERCOSUL foi aprovada pela Decisão CMC No. 59/00, durante a XIX Reunião Ordinária do CMC (Florianópolis, 14 e 15/12/2000).

Cabe recordar apenas que o relançamento criou foros informais e paralelos à estrutura institucional, como forma de dinamizar e elevar a importância política de certos temas.

Alguns desses foros informais foram finalmente incorporados à estrutura ao final da Cúpula de Florianópolis. Sem alterar a estrutura dorsal do MERCOSUL, a Decisão 59/00 consagra a seguinte estrutura institucional:

1.5.1 - Grupo Mercado Comum

A- Subgrupos de Trabalho (SGT): passam a ser em número de quatorze, a saber: SGT-1 ‘Comunicações’; SGT -2 ‘Aspectos Institucionais’ (o antigo SGT -2 ‘Mineração’ fundiu -se com o SGT-9; e foi incorporado o antigo Grupo Ad Hoc de Aspectos Institucionais); SGT-3 ‘Regulamentos Técnicos e Avaliação de Conformidade’; SGT -4 ‘Assuntos Financeiros’; SGT-5 ‘Transportes’; SGT -6 ‘Meio Ambiente’; SGT -7 ‘Indústria’; SGT -8 ‘Agricultura’; SGT-9 ‘Energia e Mineração’; SGT -10 ‘Assuntos Laborais, Emprego e Seguridade Social’; SGT-11 ‘Saúde’; SGT -12 ‘Investimentos’ (incorporou a antiga Comissão de Investimentos do SGT-4); SGT-13 ‘Comércio Eletrônico’ (incorporou o antigo Grupo Ad Hoc sobre Comércio Eletrônico); SGT-14 ‘Acompanhamento da Conjuntura Econômica e Comercial’ (incorporou o antigo Grupo Ad Hoc de Acompanhamento da Conjuntura Econômica e Comercial).

B- Reuniões Especializadas: passam a ser em número de oito, a saber: “Autoridades de Aplicação em Matéria de Drogas, Prevenção de seu uso indevido e Recuperação de Drogadependentes”; “Mulher”; “Ciência e Tecnologia”; “Comunicação Social”; “Turismo”; “Promoção Comercial”; “Municípios/Intendências do MERCOSUL”; “Infra -estrutura da Integração”.

C- Grupos Ad Hoc: passam a ser em número de quatro, a saber: “Concessões”; “Setor Açucareiro”; “Compras Governamentais”; “Relacionamento Externo”.

D- Comitê de Cooperação Técnica;

E- Comitê de Diretores de Aduana;

F- Comitê de Sanidade Animal e Vegetal;

G- Grupo de Serviços .

1.5.2 - Comissão de Comércio do MERCOSUL

Os Comitês Técnicos: passam a ser em número de sete, a saber: CT-1 “Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias”; CT-2 “Assuntos Aduaneiros”; CT -3 “Normas e Disciplinas Comerciais”; CT-4 “Políticas Públicas que Distorcem a Competitividade”; CT -5 “Defesa da Concorrência”; CDCS “Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas; CT -7 “Defesa do Consumidor”. Foram eliminados o CT -8 “Barreiras Não-Tarifárias” (tema em tratamento no âmbito do Grupo informal de Acesso a Mercados), CT-9 “Automotivo” (tema definitivamente incorporado ao MERCOSUL pela Decisão 70/00) e CT-10 “Têxtil”.

Muito embora as finalidades do Mercosul tenham sido muitas vezes definidas, como tendencialmente correspondentes aos objetivos perseguidos pelo processo de integração

européia, não se julgou necessário em Ouro Preto que o sistema institucional seguisse os mesmos padrões que aqueles implementados no âmbito do Tratado de Roma.

Buscou-se, ao contrário, garantir um modelo que correspondesse às realidades intrínsecas — com todas as limitações de fato existentes — do esquema subregional, preservando os espaços de soberania nacional alocados aos Estados membros.

Os responsáveis políticos pelo processo de integração estavam conscientes de que qualquer “salto supranacional” nessa fase preliminar de implantação da união aduaneira, poderia comprometer os objetivos nacionais de estabilização macroeconômica ou alterar o delicado equilíbrio entre competências nacionais e atribuições decisórias coletivas.

Do ponto de vista da tomada de decisões nos órgãos políticos do MERCOSUL — Conselho e Grupo Mercado Comum —, o sistema adotado é o consenso entre os Estados Partes e na presença de todos os seus membros.

Esse processo tem suas vantagens, mas também apresenta inconvenientes. Ao mesmo tempo em que ele leva os quatro Estados a se colocarem de acordo para adotar uma decisão válida, ou seja, obriga a uma negociação exaustiva de cada ponto relevante da agenda comum, ele introduz uma certa rigidez estrutural no encaminhamento dos problemas, ao colocar os quatro países em pé de igualdade, independentemente de seu peso econômico relativo ou da magnitude de seus interesses na construção da nova área de integração.

No que tange a resolução de diferendos entre os membros, o Protocolo de Brasília (1991) adotado para o período de transição instituiu um sistema de solução de controvérsias que foi confirmado, em suas grandes linhas, pela conferência de Ouro Preto.

O mecanismo prevê quatro instâncias resolutivas, com procedimentos adequados a cada uma delas: além de negociações diretas entre as partes envolvidas e da intervenção do Grupo Mercado Comum, já previstas no próprio Tratado de Assunção, adotou-se o recurso a

um sistema arbitral (por meio de um Tribunal *ad hoc*) e previu-se igualmente um procedimento para as reclamações formuladas por particulares, não necessariamente mais expedito.

O Protocolo de Ouro Preto agregou mais uma instância resolutive: após o término insatisfatório de negociações diretas, é possível levar o litígio à consideração da Comissão de Comércio, antes de submetê-lo à apreciação direta do GMC.

Essencialmente, os mecanismos previstos configuram dois métodos complementares de solução de controvérsia: a via diplomática tradicional de negociação e o recurso à instância jurisdicional de caráter arbitral.

Aperfeiçoamentos nesse sistema, tendentes a acelerar a transição entre os procedimentos, deveriam ter sido introduzidos no final de 2000, mas não houve consenso entre os países membros sobre os pontos identificados: eles previam, basicamente, a eliminação da fase do GMC.

O reforço do laudo arbitral, critérios para a conformação de listas de especialistas e árbitros (criação de lista específica de árbitros-presidentes, com dois por país, o que poderia trazer maior harmonia entre os laudos) e alternativas para uma interpretação uniforme da normativa MERCOSUL (comportando algumas estipulações para a fase pós-laudo, entre elas sua implementação e eventuais retaliações, a exemplo do que já existe na OMC).

6. Um balanço do MERCOSUL em seus primeiros dez anos: realizações e limites

O MERCOSUL, a despeito das dificuldades previsíveis e inevitáveis, em vista dos prazos relativamente estreitos para o cumprimento de seus objetivos ambiciosos, avançou razoavelmente bem em seus primeiros dez anos, tanto em termos de liberalização de comércio e de conformação de uma agenda comum de construção progressiva de um espaço econômico

integrado no Cone Sul, como no plano mais geral dos entendimentos políticos entre os dirigentes dos Estados membros.

Certamente que a proposta de se alcançar um mercado comum em tão somente quatro anos — partindo da situação de baixa intensidade no comércio recíproco (pelo menos para o Brasil, que realizava menos de 4% de seu comércio exterior total na região em 1991) — era pouco realista, levando-se também em consideração as assimetrias de desenvolvimento econômico entre os membros (sobretudo na área industrial) e o nível ainda pouco elevado de complementaridade intersetorial e intrafirmas, tal como existentes no momento de partida.

O crescimento do comércio e a intensificação dos vínculos de toda espécie entre os membros plenos e os associados podem, portanto, ser considerados como satisfatórios (o Brasil passou a realizar 15% do seu comércio na região, por exemplo), em especial porque não houve desvio notável de comércio e os fluxos comerciais, de investimentos e financeiros com parceiros externos continuaram a se expandir no mesmo ritmo.

A definição de um modelo aberto e competitivo de integração — em contraste com os velhos esquemas protecionistas, substitutivos e dirigistas do passado — representa um progresso conceitual e mesmo prático na administração do processo de integração.

Mais importante, o MERCOSUL implantou um marco de disciplina coletiva na definição e na implementação de políticas públicas e setoriais (com destaque para a importante vertente das políticas macroeconômicas) que, se não logrou ainda resultados espetaculares em termos de coordenação e de uniformização dessas políticas, conseguiu pelo menos introduzir uma mentalidade de sério comprometimento com metas comuns de estabilidade econômica e de responsabilidade fiscal.

Cabe ressaltar ainda o papel do MERCOSUL enquanto alavanca negociadora externa, potencializando o poder individual dos países membros no plano internacional e aumentando sua credibilidade em face de processos negociadores pluri e multilaterais.

Segundo ALMEIDA (1998)

*“Sem dúvida, muito ainda pode e deve ser feito para converter o MERCOSUL em verdadeiro bloco comercial e político dotado de perfil e peso próprios na comunidade internacional. Não há ainda definição de políticas ou posições comuns numa série importante de temas e questões setoriais, inclusive naqueles que pertencem naturalmente a uma união aduaneira, como é de fato o MERCOSUL, antes de se lograr o objetivo último de um mercado comum.”*⁴

Considerando-se entretanto os obstáculos e dificuldades de toda ordem enfrentadas pelos países membros no momento do lançamento do bloco, em 1991 — sobretudo no que diz respeito ao caráter inconcluso dos processos de estabilização econômica em quase todos eles —, pode-se concluir que os progressos foram sensíveis e satisfatórios.

Não houve propriamente recuos ou fracassos, tão somente dificuldades compreensíveis para se realizar a integração completa em setores de impacto real nas estruturas industriais dos países — como é o automobilístico — ou no tecido social e regional de alguns deles — a exemplo do setor açucareiro no norte da Argentina. Outras dificuldades revelam-se na incorporação insuficiente da normativa MERCOSUL à legislação interna ou à própria

⁴ ALMEIDA, Paulo Roberto de, *Mercosul: fundamentos e perspectivas*, São Paulo, LTr, 1998

prática aduaneira e administrativa dos países membros, criando-se desse modo barreiras não-tarifárias à plena consecução do objetivo final do mercado comum.

Subsistem, portanto, lacunas do processo integracionista, nem todas vinculadas a problemas percebidos como tais pela opinião pública ou por setores de interesse específico nesse processo.

Observadores externos geralmente identificados com o ambiente universitário em sua vertente jurídica, assim como representantes de centrais sindicais, costumam alertar para o chamado “déficit democrático” do MERCOSUL e para a falta de instituições “fortes”, fenômeno mais alegado do que efetivamente existente.

Essas questões de organização interna do MERCOSUL serão naturalmente encaminhadas a medida em que forem sendo intensificados os laços não exclusivamente comerciais que ligam entre si os países e os povos do bloco, na medida em que esse aprofundamento de vínculos tende necessariamente a envolver maior número de pessoas e de instituições nas diversas instâncias do processo de integração.

O Foro Consultivo Econômico e Social, que permite o diálogo dos responsáveis governamentais com a sociedade civil, passará a formular propostas dotadas de maior embasamento técnico e de factibilidade operacional na medida em que a agenda da integração permear os programas de trabalho de maior volume de atores sociais, o que não foi manifestamente o caso nestes primeiros dez anos do MERCOSUL (até porque a sociedade civil organizada prefere pressionar diretamente seus respectivos governos nacionais a uma entidade que não conta com poder decisório na estrutura institucional do bloco).

Não havia, no período decorrido, condições mínimas para se pensar em algum tipo de supranacionalidade das instituições permanentes, como os observadores externos mais realistas terão admitido.

Em outros termos, o que foi realizado foi o MERCOSUL possível, não o ideal ou aquele imaginado por observadores acadêmicos ou comentaristas pouco informados dos meios de comunicação.

De resto, o alegado caráter supranacional das instituições do MERCOSUL é mais pensado em termos comparativos — direta ou indiretamente — com o modelo europeu, do que refletido efetivamente nas dimensões próprias do Mercosul, o que retira à crítica (ou à proposta) caráter prático e factível.

Deve-se reconhecer, por exemplo, que há, no presente momento e após dez anos de experiência, vontade política nos países membros e consenso entre seus dirigentes, para a criação de uma estrutura com características supranacionais que inclua um secretariado, um tribunal e um parlamento, segundo um modelo copiado da, ou similar ao da União Européia.

Por outro lado, um dos aspectos controvertidos e que ainda deverá gerar muita discussão quando for efetivamente focado no futuro, diz respeito ao processo decisório do MERCOSUL. Baseado na regra do consenso, o atual sistema permitiu o avanço das negociações, com as conhecidas dificuldades em setores específicos.

No momento em que a questão de uma eventual estrutura institucional do tipo supranacional vier a ser examinada não haverá como evitar a questão da ponderação de votos, a exemplo do que aconteceu desde o início com o Tratado de Roma que criou o Mercado Comum Europeu e do que acaba de ocorrer numa das muitas revisões dos textos “constitucionais” da UE, o tratado de Nice que revisou Maastricht.

A matéria é delicada porque envolve a questão de soberania e de igualdade de Estados, mas será difícil imaginar a aprovação pelos congressos nacionais dos países maiores, no caso de uma estrutura institucional mais elaborada, de um sistema de votação que não reconheça o peso relativo dos diferentes países membros.

As grandes e difíceis questões com que se defronta o MERCOSUL têm a ver, entretanto, com o seu relacionamento externo, especificamente o desafio da ALCA e seu reforço num contexto de contínuas demandas por maior liberalização e aceitação ampliada dos princípios de tratamento nacional e não-discriminação no contexto regional e no plano multilateral.

Não que a sobrevivência do MERCOSUL esteja ameaçada de modo absoluto, uma vez que o bloco é uma construção política que pode resistir a desafios de tipo comercial ou econômico.

Dada sua identidade integracionista e sua vocação de *work in progress*, o Mercosul deve apontar para patamares ainda mais avançados de coordenação de políticas setoriais e macroeconômicas, quando não de projetos societais, a fim fortalecer-se e implementar “confidence building measures” entre os estratos dirigentes e responsáveis pela condução política e diplomática do processo.

O MERCOSUL, assim como acontece no exemplo dos fenômenos monetários, representa basicamente uma questão de confiança dos “usuários”: confiança em sua capacidade de “manter valor”, de permitir atingir determinados objetivos valorizados socialmente (emprego, renda etc.), que possam ser intercambiados segundo as preferências dos “agentes econômicos”, e a segurança de que sua presença permeia o conjunto das relações humanas e econômicas cada vez que a necessidade se faz sentir.

Embora alguns dos testes a essas capacidades ainda estejam por vir, o MERCOSUL conseguiu realizar, em seus primeiros dez anos, uma demonstração de solidez e reforço progressivo.

7. As forças econômicas da Globalização

“A globalização econômica é uma realidade.”

Globalização, conjunto de transformações políticas, econômicas e culturais que pretende a integração do mundo e do pensamento em um só mercado. A idéia da globalização é consequência da velocidade com que, cada vez mais, as informações são processadas.

A economia globalizada permite que haja um movimento em direção à globalização cultural. Hoje, através da Internet, um estudante ou pesquisador acessa, sem sair de casa, qualquer biblioteca ou universidade do planeta.

Os contatos humanos e as pesquisas exigem que os habitantes de um país tenham, ao menos, conhecimento básico do idioma de outros países. Acontecimentos no outro lado do mundo podem ser acompanhados on-line e em tempo real.

Apesar de a globalização uniformizar o pensamento, ela também o diferencia por sublinhar as características regionais e não deixar dúvidas, nos consumidores, de que aqueles que não detêm tecnologia estão excluídos do grande sistema que pretende gerar um pensamento universal.

Porém, ainda é cedo para avaliar as consequências que esta interação terá sobre as culturas nacionais, principalmente nas dos países do terceiro mundo. Mas já se sabe que a vivência humana globalizada está criando uma nova ética, uma nova forma de pensamento e, nas novas gerações, uma posição mais compreensiva diante de outras maneiras de ser e viver.

Globalização financeira, nova ordem econômica mundial que modificou o papel do Estado na medida que alterou radicalmente a ênfase da ação governamental, que agora é dirigida quase exclusivamente para tornar possível às economias nacionais desenvolverem e sustentarem condições estruturais de competitividade em escala global.

Seus efeitos são de certa forma controversos. Por um lado, a mobilidade dos fluxos financeiros através das fronteiras nacionais pode ser vista como uma forma eficiente de destinar recursos internacionais e de canalizá-los para países emergentes.

Por outro, a possibilidade de usar os capitais de curto prazo para ataques especulativos contra moedas são considerados como uma nova forma de ameaça à estabilidade econômica dos países.

Globalização produtiva, fenômeno mundial associado a uma revolução nos métodos de produção que resultou numa mudança significativa nas vantagens comparativas das nações.

Com a globalização, as fases de produção de uma determinada mercadoria podem ser realizadas em qualquer país e não mais em um mesmo país, pois busca-se aquele que oferecer maiores vantagens econômicas.

Isto tem levado a uma acirrada competição entre países - em particular aqueles em desenvolvimento - por investimentos externos. Em contraste com as décadas passadas, quando julgava-se necessário introduzir controles e restrições para disciplinar, em seus mercados, as atividades das multinacionais, agora, os países em desenvolvimento têm reformulado suas políticas comerciais e econômicas para oferecer um ambiente doméstico atraente para os investimentos externos, os quais se fazem necessários para complementar as suas taxas internas de poupança, geralmente insuficientes.

Os fluxos de mercadorias e capitais, os mercados financeiros globais, as estratégias mundiais das grandes corporações, tudo isso, potencializado pela revolução da informática esculpem a “aldeia global”.

Mas, ao contrário do que sugerem as aparências, cada um dos progressos na direção da integração dos mercados é fruto de uma decisão política dos Estados.

Foi assim com a desregulamentação dos mercados financeiros, sob o influxo das políticas liberais de Ronald Reagan, nos EUA (1980-88) e Margareth Thatcher na Grã-Bretanha (1979-90).

Foi assim com o NAFTA, estruturado por iniciativa de Washington e direcionado para a consolidação da hegemonia comercial dos Estados Unidos na América do Norte. Foi assim também com a redução generalizada das barreiras alfandegárias promovidas no quadro de negociações multilaterais do GATT, que culminaram com a conclusão da Rodada do Uruguai e a criação da OMC.

Todo longo processo que conduziu a formação de um mercado comum abrangendo quinze Estados na Europa centro – ocidental atesta o papel decisivo dos Estados na promoção da integração econômica.

Os Estados fazem a globalização e podem desfazê-la. A anunciada morte do Estado funciona como suporte para a produção de um discurso pendular, que se move entre a “economia mundial” e a “realidade local”. Essa abordagem, que fecha os olhos para a esfera política das decisões do Estado, termina ignorando precisamente a ponte que interliga o global e o local.

A globalização implica uma nova reformulação das relações entre o Estado e o mercado. Em consequência, a noção de soberania é submetida a mais uma revisão.

A multiplicação dos acordos e blocos econômicos regionais constitui um dos fenômenos mais marcantes do pós - Guerra Fria.

Atualmente ao lado da União Européia, perfilam-se o NAFTA, a Bacia do Pacífico e, em outra escala, o MERCOSUL, o Pacto Andino, o Mercado Comum Centro –Americano e muitos outros ainda menos significativos.

A teoria econômica explica que a formação de áreas de livre comércio acarreta duas conseqüências simultâneas.

De um lado fluxos comerciais já existentes são redirecionados , em função da atração exercida pela remoção de barreiras alfandegárias. De outro, criam-se novos fluxos comerciais, na medida em que a retirada de barreiras estimula a importação de mercadorias a custos mais baixos. O primeiro fenômeno atua contra a tendência à globalização; o segundo atua a seu favor.

Atualmente, o forte crescimento do comércio internacional indica que a criação de novas oportunidades de intercâmbio é mais intensa que o re-direcionamento de fluxos já existentes. A causa desse predomínio é simples: as políticas econômicas liberais têm suplantado as estratégias protecionistas.

Mas a globalização não se circunscreve ao comércio. No terreno dos investimentos e da ampliação da área de atuação geográfica das transnacionais, os blocos econômicos representam verdadeiros trampolins para a estruturação de um mercado globalizado.

A regionalização não representa uma barreira para a globalização. Os blocos regionais, pelo contrário, formam a estrutura orgânica da economia mundial. Por isso, o fortalecimento da última implica na multiplicação dos primeiros.

Entretanto, o processo de globalização não representa a generalização de padrões globais mas, ao contrário, a disparidade de conceitos , problemas e visões de mundo em termos de todo o mundo.

CAPÍTULO II

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

2.1- O que é Integração Econômica?

O conceito de "integração econômica" é recente, passando a ser utilizado em seu sentido atual após a segunda guerra mundial. Mola propulsora do MERCOSUL, ele se insere perfeitamente no atual cenário econômico mundial, marcado por suas correntes complementares de multilateralização das relações comerciais e de regionalização econômica.

A integração é fenômeno comum no mundo deste final de século. Quase todas as grandes economias mundiais encontram-se, de alguma forma, envolvidas em processos de integração econômica. Estados Unidos (NAFTA), Europa (União Européia), América latina (Pacto Andino e MERCOSUL) a integração está por toda a parte.

Mas, o que significa exatamente "integração"? Os processos de integração econômica são conjuntos de medidas de caráter econômico e comercial que têm por objetivo promover a aproximação e, eventualmente, a união entre as economias de dois ou mais países.

Essas medidas concentram-se, em um primeiro momento, na diminuição ou mesmo eliminação de Barreiras Tarifárias e Não Tarifárias que constroem o comércio de bens entre esses países.

Associado a esse exercício, impõe-se o estabelecimento de um Regime de Origem, mecanismo pelo qual se determina se um produto é originário da região (fazendo jus às vantagens comerciais próprias a um esquema de integração) ou não.

Uma etapa mais adiantada de integração exigirá esforço adicional, podendo envolver a definição de uma Tarifa Externa Comum, ou seja, uma tarifa a ser aplicada por todos os sócios ao comércio de bens com terceiros mercados.

Avançando ainda mais, chegamos a arranjos adiantados de integração que admitem a liberalização do comércio de serviços e a livre circulação dos fatores de produção (capital e trabalho), e exigem a Coordenação de Políticas Macroeconômicas e até mesmo a coordenação de políticas fiscais e cambiais. Em grau extremo, a integração econômica pode levar, inclusive, à adoção de uma moeda única.

Como quer que se desenhem, os modelos de integração baseiam-se, fundamentalmente, na vontade dos Estados de obter, através de sua adoção, vantagens econômicas que se definirão, entre outros aspectos, em termos de:

- (1) aumento geral da produção, através de um melhor aproveitamento de economias de escala;
- (2) aumento da produtividade, através da exploração de vantagens comparativas entre sócios de um mesmo bloco econômico, e;
- (3) estímulo à eficiência, através do aumento da concorrência interna.

De acordo com a teoria do comércio internacional, consideram-se quatro as situações clássicas de integração econômica: Zona de Preferências Tarifárias, Zona de Livre Comércio, União Aduaneira, Mercado Comum. Um quinto modelo, inédito até recentemente, é constituído pela União Econômica e Monetária⁵.

⁵ Site www.mre.gov.br/

2.2-TIPOS DE INTEGRAÇÃO

2.2.1- A Zona de Preferências Tarifárias

A Zona de Preferências Tarifárias, etapa mais incipiente de integração econômica, consiste na adoção recíproca, entre dois ou mais países, de níveis tarifários preferenciais. Ou seja: as tarifas incidentes sobre o comércio entre os países membros do grupo são inferiores às tarifas cobradas de países não-membros.

À diferença entre as tarifas acordadas e aquelas aplicadas ao comércio com terceiros mercados dá-se o nome de margem de preferência.

Arranjos dessa natureza constituem, em geral, etapas preliminares na negociação de Zonas de Livre Comércio. Exemplos significativos de Zonas de Preferências Tarifárias são muitos dos acordos celebrados no marco da ALADI, Associação Latino Americana de Integração.

2.2.2- A Zona ou Área de Livre Comércio

A segunda etapa (ou modelo) de integração é a Zona ou Área de Livre Comércio (ZLC), que consiste na eliminação de todas as barreiras tarifárias e não-tarifárias que incidem sobre o comércio dos países do grupo.

Segundo as normas estabelecidas pelo General Agreement on Tariffs and Trade (GATT), acordo sobre comércio internacional que vem sendo negociado em rodadas sucessivas desde 1947, e que deu origem à Organização Mundial de Comércio, um acordo é considerado Zona de Livre Comércio quando compreende ao menos 80% dos bens comercializados entre os membros do grupo.

Como a ZLC pressupõe a isenção de tarifas aos bens comercializados entre os sócios, torna-se imperativo determinar até que ponto determinado produto é originário de um país membro da ZLC ou foi importado de um terceiro mercado e está sendo reexportado para dentro da Zona.

A determinação da "origem" de um produto dá-se através do Regime de Origem, mecanismo indispensável em qualquer acordo de livre comércio.

O melhor exemplo de uma ZLC em funcionamento é o NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), firmado em 1994 entre os Estados Unidos, o Canadá e o México.

A ALCA, Área de Livre Comércio das Américas, deverá resultar, uma vez concluídas as negociações para sua conformação, na maior ZLC do mundo, estendendo-se do Alasca à Patagônia e somando uma população de cerca de 780 milhões de pessoas e um PIB de aproximadamente 9,7 trilhões de dólares.

2.2.3- A União Aduaneira

União Aduaneira (UA) corresponde a uma etapa ou modelo de integração econômica no qual os países membros de uma Zona de Livre Comércio adotam uma mesma tarifa às importações provenientes de mercados externos.

A essa tarifa dá-se o nome de Tarifa Externa Comum (TEC). A aplicação da TEC redundará na criação de um território aduaneiro comum entre os sócios de uma UA, situação que torna necessário o estabelecimento de disciplinas comuns em matéria alfandegária e, em última análise, a adoção de políticas comerciais comuns.

Muitos são hoje os exemplos de União Aduaneira. A União Européia era uma UA até a assinatura do Tratado de Maastricht, em 1992. A SACU, Southern African Customs Union, agrupamento que reúne vários países da África austral em torno da República Sul Africana, é o único exemplo de UA naquele continente. O Mercosul tornou-se, a partir de 1º de janeiro de 1995, o melhor exemplo de uma UA latino-americana.

2.2.4-O Mercado Comum

Um quarto modelo ou etapa de integração é o chamado Mercado Comum, que tem a União Européia como principal modelo.

A maior diferença entre o Mercado Comum e a União Aduaneira é que esta última regula apenas a livre circulação de mercadorias, enquanto o Mercado Comum prevê também a livre circulação dos demais fatores produtivos. A expressão "fatores produtivos" compreende dois grandes elementos: capital e trabalho.

Da liberalização desses fatores decorre, por um lado, a livre circulação de pessoas (trabalhadores ou empresas) e, por outro, a livre circulação de capitais (investimentos, remessas de lucro, etc.).

Do ponto de vista dos trabalhadores, a livre circulação implica a abolição de todas as barreiras fundadas na nacionalidade, mas também a instituição de uma verdadeira condição de igualdade de direitos em relação aos nacionais de um país.

No que se refere ao capital, a condição de Mercado Comum supõe a adoção de critérios regionais que evitem restrições nos movimentos de capital em função de critérios de nacionalidade. Em tais situações, o capital de empresas oriundas de outros países do Mercado

Comum não poderá ser tratado como "estrangeiro" no momento de sua entrada (investimento) ou saída (remessa de lucros ou dividendos).

Além disso, o Mercado Comum pressupõe a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais (definição de metas comuns em matéria de juros, fiscal, cambial, por exemplo);

2.2.5- A União Econômica e Monetária

A União Econômica e Monetária (UEM) constitui a etapa ou modelo mais avançado e complexo de um processo de integração. Ela está associada, em primeiro lugar, à existência de uma moeda única e uma política comum em matéria monetária conduzida por um Banco Central comunitário.

A grande diferença em relação ao Mercado Comum está em, além da moeda única, na existência de uma política macroeconômica, não mais "coordenada", mas "comum".

O único exemplo de uma União Econômica e Monetária, ainda em processo de construção, é a União Européia. Em 1992, com a assinatura do Tratado de Maastricht, são definidos os pré-requisitos para a entrada dos países-membros da CEE na nova UEM: déficit público máximo de 3% do PIB; inflação baixa e controlada; dívida pública de, no máximo, 60% do PIB; moeda estável, dentro da banda de flutuação do Mecanismo Europeu de Câmbio, e; taxa de juro de longo prazo controlada. Em janeiro de 1999 é lançado o Euro, moeda única reconhecida por 11 dos 15 países membros da UE.

A moeda será usada apenas em transações bancárias como moeda escritural até 2002, ano em que passará a circular nos países que a adotarem, substituindo as moedas locais para

fins de transações correntes, como compras e pagamentos. Foi criado, igualmente, um Banco Central Europeu, que está sediado na Alemanha.

CAPÍTULO III

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1-Determinantes das Importações:

De que depende a quantidade das importações ‘M’? Basicamente, do nível geral da demanda interna: quanto mais alta for a demanda doméstica, mais alta será a demanda por todos os bens, tanto produzidos internamente quanto estrangeiros.

Contudo, ‘M’ também depende claramente da taxa de câmbio real: quanto mais alto é o preço dos bens estrangeiros com relação aos bens produzidos internamente, mais baixa é a demanda relativa por bens estrangeiros e mais baixos o volume de importações.

Assim, escrevemos importações através do seguinte modelo econômico

$$M = M (Y , TCR) . : f(Y) > 0 ; f(TCR) < 0$$

As importações dependem da renda, Y : quanto mais alta é a renda, maiores são as importações. As importações também dependem da taxa real de câmbio. Lembrando-se de que a taxa de câmbio real, TCR , é definida como o preço relativo dos bens estrangeiros em termos de bens produzidos internamente.

Uma taxa real de câmbio mais alta torna os bens estrangeiros relativamente mais caros e, assim, faz com que diminua a quantidade de importações, ‘M’ .

Esse efeito negativo da taxa real de câmbio nas importações é captado pelo sinal negativo sob TCR na equação de importação.

3.2- Determinantes das Exportações:

A exportação de um país é, por definição, a importação de outro. As importações estrangeiras tendem a depender do nível de atividade estrangeira e do preço relativo dos bens estrangeiros.

Assim, escrevemos:

$$X = X (Y^* , TCR) : f(Y^*) > 0 ; f(TCR) > 0$$

Onde Y^* é a renda do resto do mundo ou, simplesmente, renda estrangeira (lembrando-se que asteriscos referem-se às variáveis estrangeiras). Quando a renda do resto do mundo aumenta, cresce também a demanda estrangeira por os bens domésticos.

Um aumento na TCR – ou seja, um aumento do preço relativo dos bens estrangeiros em relação aos nacionais – torna-os relativamente mais atraentes, o que provoca o aumento das exportações.

3.3- Produto Interno Bruto (P.I.B.)

O Produto Interno Bruto possui as seguintes definições:

Para FILELLINI (1994)

*“ O Produto Interno Bruto (PIB) representa nada mais que a agregação, pelos preços de mercado, dos valores econômicos finais, produzidos no território nacional de um país, em determinado ano ”*⁶

Segundo FROYEN (2001)

⁶ Filellini, Alfredo- Contabilidade Social , 2ª Edição- Ed. Atlas, 1994 , pg. 59

“ O Produto Interno Bruto (PIB) é uma medida de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território nacional, em determinado período de tempo, avaliados a preços de mercado”⁷

3.3.1 - Produto Interno Bruto Nominal (PIB Nominal)

O PIB Nominal é simplesmente a soma das quantidades de bens finais produzidos vezes seus preços correntes.⁸

3.3.2 - Produto Interno Bruto Real (PIB Real)

O PIB Real é calculado como a soma das quantidades de bens finais multiplicados por preços constantes (em vez de preços correntes).⁹

3.4 - Taxas de Câmbio

Taxa de Câmbio é igual ao preço da moeda (ou divisa) estrangeira (reais por dólar, reais por Euro, etc.).¹⁰

3.4.1- Taxa de Câmbio Fixa

Taxa de Câmbio fixa ocorre quando o Banco Central mantém a taxa fixada por certo período, independente da oferta e da demanda de divisas.¹¹

⁷ Froyen, Richard T. – Macroeconomia; Tradução de Esther E. H. Herskovitz, Cecília C. Bartalotti, Revisão Técnica de Roland Veras Saldanha Jr. – São Paulo – Ed. Saraiva – 2001 – pg.19

⁸ Blanchard, Oliver (Oliver J.)- Macroeconomia: Teoria e Política Econômica – Tradução [da 2ª Ed. Original] de Maria José Cyhlar Monteiro – Rio de Janeiro ; Ed. Campus – 2001 – pg. 25

⁹ Idem Ob. Cit

¹⁰ Glossário- Manual de Economia - Ed. Saraiva – Equipe de Professores da USP – 3ª Edição- 1998

3.4.2 - Taxa de Câmbio Flutuante (ou Flexível)

Taxa de câmbio que varia conforme variam a oferta e a demanda de divisas. É a taxa de equilíbrio do mercado de divisas.¹²

3.4.3 - Taxa de Câmbio Real

A taxa de câmbio real, é obtida pela taxa de câmbio nominal fixa (C) multiplicada pelo nível de preços externos (P*) dividida pelo nível de preços interno (P).¹³

$$\text{TCR} = \frac{EP^*}{P}$$

¹¹ Idem Ob. Cit

¹² Idem Ob. Cit

¹³ Blanchard, Oliver (Oliver J.)- Macroeconomia: Teoria e Política Econômica – Tradução [da 2ª Ed. Original] de Maria José Cyhlar Monteiro – Rio de Janeiro ; Ed. Campus – 2001 – pg. 441

CAPÍTULO IV

Estudos Empíricos Realizados

Pode-se observar que ao longo dos anos já foram realizados estudos a respeito das funções exportação e importação e, em alguns destes, também, tinham como variáveis exógenas o Produto Interno Bruto (PIB) e a Taxa de Câmbio Real (TCR).

Para LORENZONI F^o (1998)

*“Descobre-se que a Taxa de Câmbio influi nas exportações, mas não determina as mesmas. Para as exportações totais, um dos fatores primordiais, é a existência de uma demanda externa. Ou seja, se há um aumento de demanda externa, isto implica que o exportador se sentirá estimulado a exportar mais”.*¹⁴

Em seu estudo Lorenzoni F^o relatou sobre o câmbio e exportações durante o Plano Real, período este compreendido desde o primeiro trimestre de 1994 até o primeiro trimestre de 1998.

Segundo CARVALHO e DE NEGRI (2000)

*“As estimações das exportações são muito afetadas pelo nível de atividade mundial e pouco afetada pelo câmbio real e, as importações dependem das alterações no câmbio real.”*¹⁵

Neste trabalho, os autores estimaram equações trimestrais para os *quanta* de produtos agropecuários importados e exportados pelo Brasil.

¹⁴ LORENZONI F^o, Adelino Francisco, Monografia– UCPEL , 1998, Um Estudo Sobre o Câmbio e Exportações Durante o Plano Real.

¹⁵ CARVALHO, Alexandre – DE NEGRI, João Alberto, Brasília, Janeiro 2000, Texto de Discussão N^o 698-IPEA, Estimção de equações de importação e exportação de produtos agropecuários para o Brasil (1977/1998)

Para as exportações, o período considerado vai de 1977 a 1998, enquanto, para as importações, o período das estimações inicia-se em 1978, devido à disponibilidade das séries históricas.

Os vetores de co-integração são estimados via procedimento uniequacional, a partir de uma regressão com defasagens distribuídas, e, no caso das exportações, começa-se com o procedimento de Johansen, para, em seguida, testar-se a presença de exogeneidade fraca.

Para as importações, assumiu-se, *a priori*, a exogeneidade fraca das variáveis explicativas, em parte baseando-se na hipótese de que o Brasil é um pequeno país importador.

As relações de longo e de curto prazo foram sintetizadas em um mecanismo de correção de erros.

As importações de produtos agropecuários mostraram-se muito dependentes da taxa de câmbio real e da taxa de utilização da capacidade doméstica instalada.

Nesse último caso, o sinal positivo da elasticidade de longo prazo indica o comportamento pró-cíclico das importações do setor.

As exportações brasileiras desses produtos são influenciadas basicamente pelo nível de atividade mundial e, em menor grau, pela taxa de câmbio real.

Segundo KUME e PIANI (2000)

‘Confirma a importância dos vários tipos de acordos regionais de livre comércio para a criação de um nível extraordinário de trocas

comerciais entre países membros, independente de serem compostos por países desenvolvidos ou não”.¹⁶

O objetivo deste trabalho é avaliar a evolução dos fluxos bilaterais de comércio internacional entre 44 países e, em particular, os efeitos de acordos preferenciais de seis blocos econômicos, no período 1986/97.

Para tal, foi estimada equação de um “modelo gravitacional”, pela qual é possível comparar o peso da influência de preferências comerciais com o de outros determinantes do comércio, como a proximidade geográfica entre os países, seus níveis de renda absoluta e *per capita*, adjacência e idiomas comuns.

Em adição, foi introduzida uma variável “distância relativa”, que permite evitar que o comércio mais intenso realizado por países isolados dos mais importantes centros econômicos seja “captado” pela *dummy* representativa do bloco regional, superestimando-a, e o contrário, no caso de países muito próximos daqueles centros.

A análise é posteriormente segmentada em quatro subperíodos — 1986/88, 1989/91, 1992/94 e 1995/97 —, para que possam ser examinados os impactos resultantes de acordos mais recentes, como o NAFTA e o MERCOSUL.

Para HORTA e de SOUZA (2000)

*“apesar das expressivas taxas médias de crescimento das exportações registradas, não se verificou, de maneira geral, um aumento do **market-share**¹⁷ brasileiro no mercado mundial.(...)”*

¹⁶ PIANI, Guida - KUME, Honório Rio de Janeiro, julho 2000 Texto de Discussão N° 749 - Fluxos bilaterais do comércio e blocos regionais: uma aplicação do modelo gravitacional.

¹⁷ Expressão em Inglês que significa – Participação no Mercado.

*Apontou-se como exceção a essa regra o desempenho das exportações brasileiras no mercado latino-americano nos anos 90, sugerindo a existência de um padrão de intercâmbio diferenciado nas transações do país com a região, quando comparado com o resto do mundo”.*¹⁸

Este trabalho procura avaliar a evolução das exportações brasileiras entre 1980 e 1996.

A capacidade de inserção dos produtos brasileiros, desagregados em 19 setores industriais, em 10 mercados-destinos é comparada em três subperíodos (1980/84, 1984/90 e 1990/96), tendo-se como referências os setores em que o país detinha vantagens comparativas reveladas (VCR) e o ritmo das importações setoriais totais de cada mercado.

O texto procura demonstrar que existe uma reduzida capacidade de orientação das exportações do Brasil aos nichos de produtos e mercados mais aquecidos do comércio mundial, bem como que os maiores ganhos de mercado observados concentraram-se em setores efetivamente de baixo dinamismo, nos quais o país tradicionalmente detém VCR.

¹⁸ HORTA, Maria Helena e de Souza, Carlos Frederico Braz, Rio de Janeiro, junho 2000, Texto de Discussão N° 736 - A inserção das exportações brasileiras: análise setorial no período 1980/96.

CAPÍTULO V

METODOLOGIA

5.1- BASE DE DADOS

As séries utilizadas estão em um primeiro momento em valores nominais (expressos em US\$), tanto para os valores de Exportação como de Importação, já para as variáveis Produto Interno Bruto (PIB-média 1990=100) e a Taxa de Câmbio Real (TCR- dez 1998=100), a forma adotada das mesmas é o índice, estes obtidos junto ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Na análise a ser feita sobre o MERCOSUL, devemos considerar que seu início deu-se em 1991, sendo o ano subsequente 1992 e com isso, torna-se mais favorável para a análise, até porque nenhuma pesquisa econômica sobre a análise de sensibilidade dos associados do bloco comercial foi até o momento passível de investigação.

O período amostral compreende uma série histórica trimestral para o período de janeiro de 1992 até dezembro de 1999, totalizando 32 trimestres.

No período em questão, ocorreram algumas medidas econômicas, tanto na Argentina como no Brasil, proporcionando uma homogeneidade nesses países em seus indicadores econômicos. Quanto a Argentina, esta adotou, como se sabe, a partir de maio de 1991 (Plano Cavallo), uma lei de conversibilidade, sustentada numa paridade absoluta entre o peso e o dólar. Com referência ao Brasil já estava em andamento a abertura da sua economia, a qual teve início em 1991, e ainda, em junho de 1994 o plano de estabilização econômica, denominado de (Plano Real), tendo como sustentação a âncora cambial.

A mensuração das variáveis Produtos Internos Brutos dos Países-sócios do MERCOSUL, neste caso a Argentina e o Uruguai, estes foram obtidos também, na forma de

índice, de maneira que o PIB da Argentina fornecido pelo IPEA (média 1990=100), no caso do Uruguai, este índice foi requisitado junto ao Banco Central do Uruguai (média 1983=100).

Para os PIB's da Argentina e do Uruguai o período utilizado é também o do 1º trimestre de 1992 até o 4º trimestre de 1999.

A dificuldade para a obtenção de dados estatísticos do outro País-Membro e Sócio do MERCOSUL- o Paraguai- houve dificuldades para a obtenção dos mesmos dado que estes só existiam apenas na forma anual, dificultando assim a extensão do estudo com a inclusão desse país.

Dentre os dados utilizados nesta pesquisa deve-se ressaltar ainda o Índice de Preços ao Consumidor dos Estados Unidos da América (IPC-EUA) trimestral do 1º trimestre de 1992 até o 4º trimestre de 1999, índice este aplicado como deflator das exportações e importações, para que as mesmas estivessem expressas em forma de valores reais, pois a moeda utilizada nas transações comerciais internacionais é o dólar americano, devendo assim levar em conta a inflação ocorrida naquele país no mesmo período.

Na segunda etapa da pesquisa todos os dados acima citados, com exceção do IPC-EUA, foram transformados em logarítimos de base 10 (Log10), isto feito para uma segunda etapa de regressões.

Uma característica fascinante do modelo log-log, que o tornou popular em trabalhos aplicados, é que o coeficiente de inclinação $\hat{\alpha}_2$ mede a elasticidade de Y em relação a X, ou seja, a variação percentual em Y para uma dada variação percentual (pequena) em X. Assim, se Y representa a quantidade demandada de uma mercadoria e X o seu preço unitário, $\hat{\alpha}_2$ mede a elasticidade-preço da demanda, um parâmetro de considerável interesse econômico.¹⁹

¹⁹ Gujarati, Damodar N. –Econometria Básica – MAKRON Books-SP,2000- pgs. 156 e 157

5.2 – OPERACIONALIDADE DOS DADOS

Os dados obtidos compreendem uma série histórica, com a qual foram realizadas simulações, para a escolha da melhor especificação que ajusta os dados empíricos.

Como no período amostral ocorreram mudanças na política econômica dos países envolvidos, principalmente no Brasil, sendo, portanto necessário o emprego da variável binária dummy, com a finalidade de melhor captar os efeitos dessa mudanças sobre as variáveis dependentes, de acordo com a literatura econométrica.

A complexidade dos cálculos operacionais foi solucionada com o auxílio do softwear “Statistical Packet Science Social” (SPSS), versão 8.5, cujo relatórios foram exaustivamente analisados.

Assim procedendo a inserção da variável dummy obedeceu os seguintes critérios:

No primeiro momento foi utilizada na regressão linear simples em sua forma natural, para a obtenção dos resultados tanto para as exportações como para as importações, passou-se a uma segunda etapa.

Já na segunda etapa das regressões realizadas, foi incluída uma quarta variável- a “*Dummy*”, em que se adotou o valor zero (0) para o período do 1º trimestre de 1992 até o 2º trimestre de 1994, período em que antecedeu o Plano Real.

No período do 3º trimestre de 1994 até o 4º trimestre de 1999 o valor assumido pela variável “*dummy*” foi um (1), período este do Plano Real.

A terceira etapa das regressões em que foi utilizada a variável “*dummy*”, está disposto da seguinte forma – 1º trimestre de 1992 até o 4º trimestre de 1994 considerando este o período de transição do MERCOSUL, o valor assumido pela variável foi zero (0), do 1º

trimestre de 1995 ao 4º trimestre de 1999, época já com uma de União Aduaneira (UA) do Mercosul, a “dummy” tem seu valor um (1).

5.3- MÉTODO DE ESTIMAÇÃO E SUAS HIPÓTESES

O Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) é atribuído a Carl Friedrich Gauss, um matemático alemão. Sob certas hipóteses, o método dos mínimos quadrados tem algumas propriedades estatísticas muito atraentes, que fizeram dele um dos mais poderosos e populares métodos de análise de regressão.²⁰

Para o emprego do Modelo Clássico de Regressão Linear, é necessário enfatizar as seguintes : hipóteses lógicas ao Método dos Mínimos Quadrados (MCRL) base maior parte da teoria econométrica.

DESCRIÇÃO DAS HIPÓTESES:

1. Modelo de regressão linear. O modelo de regressão é linear nos parâmetros.²¹
2. Os valores de X são fixados em amostragem repetida. Os valores assumidos pelo regressor X são considerados fixados em repetidas amostras. Mais tecnicamente, supõe-se que X seja *não-estocástico*.²²
3. Valor médio zero da perturbação u_i . Dado o valor de X, o valor médio ou esperado do termo de perturbação aleatória u_i é zero.²³
4. Homocedasticidade ou Variância igual de u_i . Dado o valor de X, a variância de u_i é a mesma para todas as observações. Ou seja, as variâncias condicionais de u_i são idênticas.²⁴

²⁰ Gujarati, Damodar N. – Econometria Básica – São Paulo: MAKRON Books , 2000, pg-42.

²¹ Idem- pg-50

²² Idem- pg-50

²³ Idem- pg-50

5. Nenhuma autocorrelação entre as perturbações. Dados dois valores X quaisquer, X_i e X_j ($i \neq j$), a correlação entre quaisquer dos dois u_i e u_j ($i \neq j$) é zero.²⁵
6. Covariância zero entre u_i e X_i ou $E(u_i, X_i)=0$.²⁶
7. O número de observações de n deve ser maior que o número de parâmetros a serem estimados. Alternativamente, o número de observações n deve ser maior que o número de variáveis explicativas.²⁷
8. Variabilidade nos valores X . Os valores X em uma dada amostra não podem ser todos iguais.²⁸
9. O modelo de regressão está corretamente especificado. Alternativamente, não há nenhum viés ou erro de especificação no modelo usado na análise empírica.²⁹
10. Não existe multicolinearidade perfeita. Ou seja não há relações lineares perfeitas entre as variáveis explicativas.³⁰

Devemos considerar também o que segue:

- (1) Os estimadores por MQO são expressos exclusivamente em termos das quantidades (ou seja, X e Y) observáveis (isto é, por amostra). Por isso, podem ser facilmente calculados.
- (2) Eles são estimadores por ponto, isto é, dada uma amostra, cada estimador fornecerá um único valor (ponto) do parâmetro relevante da população.
- (3) Depois de obter as estimativas de MQO a partir dos dados da amostra, pode-se obter facilmente a reta de regressão da amostra.³¹

²⁴ Idem- Gujarati, Damodar N. – Econometria Básica – São Paulo: MAKRON Books , 2000 pg-51

²⁵ Idem- pg-53

²⁶ Idem- pg-55

²⁷ Idem pg-55.

²⁸ Idem- pg-56.

²⁹ Idem- pg-56.

³⁰ Idem- pg-58.

³¹ Idem pg 47.

5.4- REGRESSÃO COM VARIÁVEIS DUMMIES

A variável dependente é muitas vezes influenciada não somente pelas variáveis que podem ser facilmente quantificadas em alguma escala bem definida (por exemplo, renda, produto, preços, custos, altura e temperatura), mas também por variáveis de natureza essencialmente qualitativas (por exemplo, sexo, raça, cor, religião, nacionalidade, guerras, terremotos, greves, convulsões políticas e mudanças na política econômica do governo).

As variáveis que assumem tais valores 0 e 1 são chamadas de variáveis *dummies*. São nomes alternativos: *variáveis indicadores*, *variáveis binárias*, *variáveis categóricas*, *variáveis qualitativas* e *variáveis dicotômicas*.

As variáveis *dummies* podem ser usadas nos modelos de regressão tão facilmente quanto as variáveis quantitativas. Aliás, um modelo de regressão pode conter somente variáveis explicativas, que são chamados de modelos de análise de variância (ANOVA).³²

5.5- SELEÇÃO DAS VARIÁVEIS

5.5.1- IMPORTAÇÃO

A variável importação foi definida por:

M = importação em valores nominais

M_t = importação em valores reais, donde $M_t = M / p_m$

P_m = preço da importação

A variável M corresponde ao total de importações nominais, de alguma classe de mercadorias.

³²Gujarati, Damodar N. – Econometria Básica – São Paulo: MAKRON Books , 2000, pgs.503-504.

Considerando que os bens não são homogêneos em qualidade, estatisticamente a medição da variável M somente poderá ser obtida através da combinação no agregado. Nesse caso, a variável preço da importação será substituída por números índices, de maneira que as quantidades passam a ser mensuradas em valores deflacionados. O número índice adotado foi o índice de preços ao consumidor dos EUA, visto que a unidade monetária foi dólar americano.

5.5.2- EXPORTAÇÃO

A variável exportação está definida por:

X = exportações em valores nominais

X_t = exportações em valores reais, donde $X_t = X / p_x$

p_x = preço de exportação

A variável X consiste no total das exportações nominais, também de alguma classe de bens.

Idêntica situação exposta nas importações, trabalhamos com valores reais das exportações, deflacionando-as pelo número índice de preços ao consumidor dos EUA, levando em conta também que a unidade monetária de mensuração foi dólar americano.

5.5.3 -TAXA DE CÂMBIO REAL

A taxa de câmbio real, representada pela sigla TCR foi obtida tendo como consideração a taxa de câmbio nominal, o índice de preços domésticos e o índice de preço externo.

5.5.4 - PRODUTO INTERNO BRUTO

Considerando que as estimativas a serem obtidas são para as importações e exportações da Argentina e do Uruguai, respectivamente, as siglas Y_{AR} e Y_{UI} representam o PIB da Argentina e o PIB do Uruguai em valores reais.

5.6 - ESPECIFICAÇÃO DOS MODELOS

5.6.1 - FUNÇÃO DEMANDA POR IMPORTAÇÕES

Conforme especificação apresentada por LEAMER e STERN (1970), as variáveis explicativas básicas, da função demanda por importações, propostas pela teoria da demanda, levando em consideração como que o consumidor aloca sua renda entre bens de consumo para alcançar a satisfação máxima, dependerá da sua renda, do preço dos importados e do preço de outros bens de consumo. Analiticamente teremos:

$$M = f (p_m , p_y , Y)$$

Onde p_m é o preço das importações, p_y é o preço de bens domésticos e Y é a renda doméstica.

A teoria da demanda, em um passo posterior, propõe a seguinte relação:

$$M = f (p_m / p_y , Y / p_y)$$

Forma tradicionalmente empregada na análise da demanda no comércio internacional.

Como se observa na especificação anterior, a taxa de câmbio não está incluída na relação, apesar da sua importância nas relações comerciais internacionais. Por esse fato, mudou-se as variáveis explicativas resultando o seguinte modelo generalizado:

$$M_t = f(Y / p_m, TCR), \text{ onde,}$$

M_t = Importação em valores reais

Y / p_m = Renda ou PIB real

TCR = taxa de câmbio real

Demanda de importações da Argentina,

$$M_{tBR} = f(Y_{BR} / p_m, TCR), \text{ onde,}$$

M_{tBR} = Importação em valores reais da Argentina

Y_{BR} / p_m = Renda ou PIB real do Brasil

TCR = taxa de câmbio real

Demanda de importações do Uruguai,

$$M_{tBR} = f(Y_{BR} / p_m, TCR), \text{ onde,}$$

M_{tBR} = Importação em valores reais do Uruguai

Y_{BR} / p_m = Renda ou PIB real do Brasil

TCR = taxa de câmbio real

5.6.2- FUNÇÃO DEMANDA POR EXPORTAÇÕES

De forma análoga a função demanda por exportações, em sua especificação genérica será:

$$X_t = f(Y / p_m, TCR), \text{ onde,}$$

X_t = Exportação em valores reais

Y / p_m = Renda ou PIB real do país estrangeiro

TCR = taxa de câmbio real

Demanda de exportações para a Argentina,

$$X_t BR = f(Y_{AR} / p_m, TCR), \text{ onde,}$$

$X_t BR$ = Exportação em valores reais para a Argentina

Y_{AR} / p_m = Renda ou PIB real do país estrangeiro (Argentina)

TCR = taxa de câmbio real

Demanda de exportações para o Uruguai,

$$X_t BR = f(Y_{UI} / p_m, TCR), \text{ onde,}$$

$X_t BR$ = Exportação em valores reais para o Uruguai

Y_{UI} / p_m = Renda ou PIB real do país estrangeiro (Uruguai)

TCR = taxa de câmbio real

As especificações dos modelos utilizados nas regressões são os seguintes:

$$M = f(Y; TCR) \therefore f(Y) > 0; f(TCR) < 0 \quad - \text{ modelo da teoria econômica}$$

$$M = a + bX_1 + cX_2 \quad \bullet \text{ Modelo Econômico Linear}$$

$$M = a + bX_1 + cX_2 + d e_i \quad \bullet \text{ Modelo Econométrico Linear}$$

$$\text{Log } \bar{M} = \text{Log } a + b \text{ Log } X_1 + c \text{ Log } X_2 \quad \bullet \text{ Modelo Econométrico LogLinear}$$

5.6.3- MODELO ECONÔMICO LINEAR

5.6.3.1- EXPORTAÇÃO PARA A ARGENTINA

$$X_t \text{ BR} = a + bX_1 + cX_2 \quad \bullet \text{ modelo econômico sem dummy}$$

$$X_t \text{ BR} = a + bX_1 + cX_2 + dX_3 \quad \bullet \text{ modelo econômico com dummy}$$

Onde,

$X_t \text{ BR}$ = Exportação para a Argentina

X_1 = PIB Argentina • $b > 0$

X_2 = TCR • $c > 0$

X_3 = Dummy (1) do 1º trimestre de 1992 ao 2º trimestre de 1994 valor zero (0) e do 3º trimestre de 1994 ao 4º trimestre de 1999 valor um (1).

Dummy (2) do 1º trimestre de 1992 ao 4º trimestre de 1994 valor zero (0) e do 1º trimestre de 1995 a 4º trimestre de 1999 valor um (1).

5.6.3.2- IMPORTAÇÃO DA ARGENTINA

$$M_t \text{ BR} = a + bX_1 + cX_2 \quad \bullet \text{ modelo econômico sem dummy}$$

$$M_t \text{ BR} = a + bX_1 + cX_2 + dX_3 \quad \bullet \text{ modelo econômico com dummy}$$

Onde,

$M_t \text{ BR}$ = Importação da Argentina

X_1 = PIB Brasil • $b > 0$

X_2 = TCR • $c < 0$

$X_3 =$ Dummy (1) do 1º trimestre de 1992 ao 2º trimestre de 1994 valor zero (0) e do 3º trimestre de 1994 ao 4º trimestre de 1999 valor um (1).

Dummy (2) do 1º trimestre de 1992 ao 4º trimestre de 1994 valor zero (0) e do 1º trimestre de 1995 a 4º trimestre de 1999 valor um (1).

5.6.3.3- EXPORTAÇÃO PARA O URUGUAI

$X_t BR = a + bX_1 + cX_2$ • modelo econômico sem dummy

$X_t BR = a + bX_1 + cX_2 + dX_3$ • modelo econômico com dummy

Onde,

$X_t BR =$ Exportação para o Uruguai

$X_1 =$ PIB Uruguai • $b > 0$

$X_2 =$ TCR • $c > 0$

$X_3 =$ Dummy (1) do 1º trimestre de 1992 ao 2º trimestre de 1994 valor zero (0) e do 3º trimestre de 1994 ao 4º trimestre de 1999 valor um (1).

Dummy (2) do 1º trimestre de 1992 ao 4º trimestre de 1994 valor zero (0) e do 1º trimestre de 1995 a 4º trimestre de 1999 valor um (1).

5.6.3.4- IMPORTAÇÃO DO URUGUAI

$M_t BR = a + bX_1 + cX_2$ • modelo econômico sem dummy

$M_t BR = a + bX_1 + cX_2 + dX_3$ • modelo econômico com dummy

Onde,

$M_t BR =$ Importação do Uruguai

$$X_1 = \text{PIB Brasil} \bullet b > 0$$

$$X_2 = \text{TCR} \bullet c < 0$$

$X_3 = \text{Dummy (1) do 1º trimestre de 1992 ao 2º trimestre de 1994 valor zero (0) e do 3º trimestre de 1994 ao 4º trimestre de 1999 valor um (1).}$

$\text{Dummy (2) do 1º trimestre de 1992 ao 4º trimestre de 1994 valor zero (0) e do 1º trimestre de 1995 a 4º trimestre de 1999 valor um (1).}$

5.6.4- MODELO ECONOMÉTRICO LINEAR

5.6.4.1- EXPORTAÇÃO PARA A ARGENTINA

$$X_t \text{ BR} = a + bX_1 + cX_2 + e_i \bullet \text{modelo econométrico sem dummy}$$

$$X_t \text{ BR} = a + bX_1 + cX_2 + dX_3 + e_i \bullet \text{modelo econométrico com dummy}$$

Onde,

$X_t \text{ BR} = \text{Exportação para a Argentina}$

$$X_1 = \text{PIB Argentina} \bullet b > 0$$

$$X_2 = \text{TCR} \bullet c > 0$$

$X_3 = \text{Dummy (1) do 1º trimestre de 1992 ao 2º trimestre de 1994 valor zero (0) e do 3º trimestre de 1994 ao 4º trimestre de 1999 valor um (1).}$

$\text{Dummy (2) do 1º trimestre de 1992 ao 4º trimestre de 1994 valor zero (0) e do 1º trimestre de 1995 a 4º trimestre de 1999 valor um (1).}$

$e_i = \text{erro}$

5.6.4.2- IMPORTAÇÃO DA ARGENTINA

$$M_t \text{ BR} = a + bX_1 + cX_2 + e_i \quad \bullet \text{ modelo econométrico sem dummy}$$

$$M_t \text{ BR} = a + bX_1 + cX_2 + dX_3 + e_i \quad \bullet \text{ modelo econométrico com dummy}$$

Onde,

$$M_t \text{ BR} = \text{Importação da Argentina}$$

$$X_1 = \text{PIB Brasil} \quad \bullet \quad b > 0$$

$$X_2 = \text{TCR} \quad \bullet \quad c < 0$$

$X_3 = \text{Dummy (1) do 1º trimestre de 1992 ao 2º trimestre de 1994 valor zero (0) e do 3º trimestre de 1994 ao 4º trimestre de 1999 valor um (1).}$

$\text{Dummy (2) do 1º trimestre de 1992 ao 4º trimestre de 1994 valor zero (0) e do 1º trimestre de 1995 a 4º trimestre de 1999 valor um (1).}$

$$e_i = \text{erro}$$

5.6.3.3- EXPORTAÇÃO PARA O URUGUAI

$$X_t \text{ BR} = a + bX_1 + cX_2 + e_i \quad \bullet \text{ modelo econométrico sem dummy}$$

$$X_t \text{ BR} = a + bX_1 + cX_2 + dX_3 + e_i \quad \bullet \text{ modelo econométrico com dummy}$$

Onde,

$$X_t \text{ BR} = \text{Exportação para o Uruguai}$$

$$X_1 = \text{PIB Uruguai} \quad \bullet \quad b > 0$$

$$X_2 = \text{TCR} \quad \bullet \quad c > 0$$

$X_3 = \text{Dummy (1) do 1º trimestre de 1992 ao 2º trimestre de 1994 valor zero(0) e do 3º trimestre de 1994 ao 4º trimestre de 1999 valor um (1).}$

Dummy (2) do 1º trimestre de 1992 ao 4º trimestre de 1994 valor zero (0) e do 1º trimestre de 1995 a 4º trimestre de 1999 valor um (1).

e_i = erro

5.6.4.4- IMPORTAÇÃO DO URUGUAI

$M_t BR = a + bX_1 + cX_2 + e_i = \text{erro}$ • modelo econométrico sem dummy

$M_t BR = a + bX_1 + cX_2 + dX_3 + e_i$ • modelo econométrico com dummy

Onde,

$M_t BR$ = Importação do Uruguai

X_1 = PIB Brasil • $b > 0$

X_2 = TCR • $c < 0$

X_3 = Dummy (1) do 1º trimestre de 1992 ao 2º trimestre de 1994 valor zero (0) e do 3º trimestre de 1994 ao 4º trimestre de 1999 valor um (1).

Dummy (2) do 1º trimestre de 1992 ao 4º trimestre de 1994 valor zero (0) e do 1º trimestre de 1995 a 4º trimestre de 1999 valor um (1).

e_i = erro

5.6.5- MODELO LOG LINEAR OU Log-Log

5.6.5.1 – EXPORTAÇÃO PARA A ARGENTINA

$\log \bar{X}_t BR = \log a + b \cdot \log X_1 + c \log X_2$ • modelo LogLinear sem dummy

$\text{Log } \bar{X}_t \text{ BR} = \text{Log } a + b \cdot \text{Log } X_1 + c \text{ Log } X_2 + d D + \bullet$ modelo Log Linear com dummy.

Onde,

$\text{Log } \bar{X}_t \text{ BR} =$ Exportação estimada para a Argentina

$X_1 =$ PIB Argentina $\bullet b > 0$

$X_2 =$ TCR $\bullet c > 0$

$X_3 =$ Dummy (1) do 1º trimestre de 1992 ao 2º trimestre de 1994 valor zero (0) e do 3º trimestre de 1994 ao 4º trimestre de 1999 valor um (1).

Dummy (2) do 1º trimestre de 1992 ao 4º trimestre de 1994 valor zero (0) e do 1º trimestre de 1995 a 4º trimestre de 1999 valor um (1).

5.6.5.2 – IMPORTAÇÃO DA ARGENTINA

$\text{Log } \bar{M}_t \text{ BR} = \text{Log } a + b \cdot \text{Log } X_1 + c \text{ Log } X_2 \bullet$ modelo Log Linear sem dummy

$\text{Log } \bar{M}_t \text{ BR} = \text{Log } a + b \cdot \text{Log } X_1 + c \text{ Log } X_2 + d D \bullet$ modelo Log Linear com dummy.

Onde,

$\text{Log } \bar{M}_t \text{ BR} =$ Importação estimada da Argentina

$X_1 =$ PIB Brasil $\therefore b > 0$

$X_2 =$ TCR $\therefore c < 0$

$X_3 =$ Dummy (1) do 1º trimestre de 1992 ao 2º trimestre de 1994 valor zero (0) e do 3º trimestre de 1994 ao 4º trimestre de 1999 valor um (1).

Dummy (2) do 1º trimestre de 1992 ao 4º trimestre de 1994 valor zero (0) e do 1º trimestre de 1995 a 4º trimestre de 1999 valor um (1).

5.6.5.3 – EXPORTAÇÃO PARA O URUGUAI

$$\overline{\text{Log } X_t \text{ BR}} = \text{Log } a + b \cdot \text{Log } X_1 + c \text{ Log } X_2 \bullet \text{ modelo LogLinear sem dummy}$$

$$\text{Log } \overline{X_t} \text{ BR} = \text{Log } a + b \cdot \text{Log } X_1 + c \text{ Log } X_2 + d D + \bullet \text{ modelo Log Linear com dummy.}$$

Onde,

$$\overline{\text{Log } X_t \text{ BR}} = \text{Exportação estimada para o Uruguai}$$

$$X_1 = \text{PIB Uruguai} \bullet b > 0$$

$$X_2 = \text{TCR} \bullet c > 0$$

$X_3 = \text{Dummy (1) do 1º trimestre de 1992 ao 2º trimestre de 1994 valor zero (0) e do 3º trimestre de 1994 ao 4º trimestre de 1999 valor um (1).}$

$\text{Dummy (2) do 1º trimestre de 1992 ao 4º trimestre de 1994 valor zero (0) e do 1º trimestre de 1995 a 4º trimestre de 1999 valor um (1).}$

5.6.5.4 – IMPORTAÇÃO DO URUGUAI

$$\text{Log } \overline{M_t} \text{ BR} = \text{Log } a + b \cdot \text{Log } X_1 + c \text{ Log } X_2 \bullet \text{ modelo LogLinear sem dummy}$$

$$\text{Log } \overline{M_t} \text{ BR} = \text{Log } a + b \cdot \text{Log } X_1 + c \text{ Log } X_2 + d D \bullet \text{ modelo LogLinear com dummy.}$$

Onde,

$$\text{Log } \overline{M_t} \text{ BR} = \text{Importação estimada do Uruguai}$$

$$X_1 = \text{PIB Brasil} \therefore b > 0$$

$$X_2 = \text{TCR} \therefore c < 0$$

$X_3 = \text{Dummy (1) do 1º trimestre de 1992 ao 2º trimestre de 1994 valor zero (0) e do 3º trimestre de 1994 ao 4º trimestre de 1999 valor um (1).}$

Dummy (2) do 1º trimestre de 1992 ao 4º trimestre de 1994 valor zero (0) e do 1º trimestre de 1995 a 4º trimestre de 1999 valor um (1).

CAPÍTULO IV

CONCLUSÕES

6.1- RESULTADOS:

6.1.1- RESULTADOS EXPORTAÇÃO PARA A ARGENTINA

Tabela 2

Coefficientes das Regressões - Exportação para a Argentina

<i>EXPORTAÇÃO PARA A ARGENTINA</i>	<i>a</i>	<i>b</i>	<i>c</i>	<i>d</i>
<i>REGRESSÃO LINEAR SEM DUMMY</i>	-3271,020	8,757	13,065	
<i>REGRESSÃO LINEAR COM DUMMY 1</i>	-3708,195	11,847	8,489	-196,009
<i>REGRESSÃO LINEAR COM DUMMY 2</i>	-3434,949	9,651	12,061	-58,314
<i>REGRESSÃO LOG SEM DUMMY</i>	-5,753	2,633	1,046	
<i>REGRESSÃO LOG COM DUMMY 1</i>	-7,266	3,594	0,618	-7,87E-02
<i>REGRESSÃO LOG COM DUMMY 2</i>	-6,418	3,002	0,922	-3,12E-02

Fonte: Elaboração própria

Tabela 3

Estatística das Regressões - Exportação para a Argentina

<i>EXPORTAÇÃO PARA A ARGENTINA</i>	<i>t a</i>	<i>t b PIB</i>	<i>t c TCR</i>	<i>t d DUMMY</i>	<i>r² AJUST</i>	<i>F</i>
<i>REGRESSÃO LINEAR SEM DUMMY</i>	-5,152	8,216	2,465		0,721	41,106
<i>REGRESSÃO LINEAR COM DUMMY 1</i>	-5,140	4,437	1,322	-1,239	0,726	28,420
<i>REGRESSÃO LINEAR COM DUMMY 2</i>	-4,775	4,680	2,108	-0,509	0,714	26,790
<i>REGRESSÃO LOG SEM DUMMY</i>	-5,195	9,170	2,287		0,752	48,114
<i>REGRESSÃO LOG COM DUMMY 1</i>	-4,805	4,963	1,148	-1,440	0,761	33,954 (3,28)
<i>REGRESSÃO LOG COM DUMMY 2</i>	-4,604	5,484	1,896	-0,794	0,749	31,877

Fonte: Elaboração própria

6.1.1.1- INTERPRETAÇÃO DAS REGRESSÕES

O modelo de melhor ajustamento dos dados empíricos é o Log Linear com dummy 1 para os períodos de janeiro de 1992 a junho de 1994 (0) e de julho de 1994 a dezembro de 1999 (1).

A especificação do modelo estimado passa a ser a seguinte:

$$\text{Log } \bar{X}_t \text{ BR} = -7,266 + 3,594 \text{ Log PIB}_{\text{AR}} + 0,618 \text{ Log TCR} - 0,0787D \quad \bullet \quad \bar{X} = V \text{ do r}$$

médio das Exportações.

A interpretação econométrica do efeito dos regressores PIB_{AR} e TCR, indicam o que segue:

- a) O efeito do PIB da Argentina sobre as exportações brasileiras para aquele país é significativo com uma probabilidade de 95%. Isto significa que mudanças na renda da Argentina exercem influência nas exportações brasileiras.
- b) Quanto a taxa de câmbio real, as evidências indicam que econometricamente esta não tem nenhum efeito sobre as exportações brasileiras para a Argentina, com uma probabilidade de 95%. Isto quer dizer do ponto de vista econômico que as políticas cambiais brasileiras para o incremento nas exportações para o país-sócio não tem influência.

6.1.2- RESULTADOS IMPORTAÇÃO DA ARGENTINA

Tabela 4

Coefficientes das Regressões -Importação da Argentina

<i>IMPORTAÇÃO DA ARGENTINA</i>	<i>a</i>	<i>b</i>	<i>c</i>	<i>d</i>
<i>REGRESSÃO LINEAR SEM DUMMY</i>	-1183,307	-9,03E-04	17,106	
<i>REGRESSÃO LINEAR COM DUMMY 1</i>	-911,941	-9,11E-05	14,000	1058,034
<i>REGRESSÃO LINEAR COM DUMMY 2</i>	-471,04	1,62E-04	10,392	819,425
<i>REGRESSÃO LOG SEM DUMMY</i>	-0,327	0,254	0,974	
<i>REGRESSÃO LOG COM DUMMY 1</i>	3,13E-02	0,105	1,107	0,284
<i>REGRESSÃO LOG COM DUMMY 2</i>	0,458	0,146	0,813	0,221

Fonte: Elaboração própria

Tabela 5

Estatísticas das Regressões -Importação da Argentina

<i>IMPORTAÇÃO DA ARGENTINA</i>	<i>t a</i>	<i>t b PIB</i>	<i>t cTCR</i>	<i>t d DUMMY</i>	<i>r² AJUST</i>	<i>F</i>
<i>REGRESSÃO LINEAR SEM DUMMY</i>	-0,823	5,33	1,324		0,461	14,255
<i>REGRESSÃO LINEAR COM DUMMY 1</i>	-0,887	-0,412	1,513	5,365	0,725	28,204
<i>REGRESSÃO LINEAR COM DUMMY 2</i>	-0,436	0,825	1,069	4,921	0,701	25,183
<i>REGRESSÃO LOG SEM DUMMY</i>	-0,161	8,723	0,993		0,705	38,072
<i>REGRESSÃO LOG COM DUMMY 1</i>	0,019	2,473	1,1415	4,205	0,813	45,875 (3,28)
<i>REGRESSÃO LOG COM DUMMY 2</i>	0,284	4,29	1,046	4,279	0,815	46,636

Fonte: Elaboração própria

6.1.2.1- INTERPRETAÇÃO DAS REGRESSÕES

O modelo de melhor ajustamento dos dados empíricos é o Log Linear com dummy 2 para os períodos de janeiro de 1992 a dezembro de 1994 (0) e de janeiro de 1995 a dezembro de 1999 (1).

A especificação do modelo estimado passa a ser a seguinte:

$$\overline{\text{Log } M_t \text{ BR}} = 0,284 + 4,29 \text{ Log PIB}_{\text{BR}} + 1,046 \text{ Log TCR} + 4,279 D \quad \bullet \quad \overline{M} = \sqrt{d\sigma}$$

médio das Importações.

A interpretação econométrica do efeito dos regressores PIB_{BR} e TCR, indicam o que segue:

- c) O efeito do PIB do Brasil sobre as importações brasileiras do país-sócio é significativo com uma probabilidade de 95%. Isto significa que mudanças na renda do Brasil exercem influência nas importações provenientes da Argentina.
- d) Quanto a taxa de câmbio real, as evidências indicam que econometricamente esta não tem nenhum efeito sobre as importações brasileiras oriundas da Argentina, com uma probabilidade de 95%.

Isto quer dizer do ponto de vista econômico que as políticas cambiais brasileiras não influenciam no que diz respeito as importações do país-sócio Argentina.

6.1.3- RESULTADOS EXPORTAÇÕES PARA O URUGUAI

Tabela 6

Coefficientes das Regressões - Exportação para o Uruguai

<i>EXPORTAÇÃO PARA O URUGUAI</i>	<i>a</i>	<i>b</i>	<i>c</i>	<i>d</i>
<i>REGRESSÃO LINEAR SEM DUMMY</i>	195,389	1,195	-1,754	
<i>REGRESSÃO LINEAR COM DUMMY 1</i>	204,302	1,686	-2,399	-20,117
<i>REGRESSÃO LINEAR COM DUMMY 2</i>	193,264	1,526	-2,116	-14,615
<i>REGRESSÃO LOG SEM DUMMY</i>	2,730	-0,822	0,585	
<i>REGRESSÃO LOG COM DUMMY 1</i>	2,516	-0,721	0,576	3,96E-02
<i>REGRESSÃO LOG COM DUMMY 2</i>	2,669	-0,755	0,541	2,49E-02

Fonte: Elaboração própria

Tabela 7

Estatísticas das Regressões - Exportação para o Uruguai

<i>EXPORTAÇÃO PARA O URUGUAI</i>	<i>t a</i>	<i>t b PIB</i>	<i>t c TCR</i>	<i>t d DUMMY</i>	<i>r² AJUST</i>	<i>F</i>
<i>REGRESSÃO LINEAR SEM DUMMY</i>	1,384	2,457	-1,314		0,123	3,177
<i>REGRESSÃO LINEAR COM DUMMY 1</i>	1,437	2,256	-1,565	-0,868	0,116	2,351
<i>REGRESSÃO LINEAR COM DUMMY 2</i>	1,358	2,320	-1,481	-0,754	0,110	2,276
<i>REGRESSÃO LOG SEM DUMMY</i>	1,618	-2,594	0,064		0,139	3,509 (2,29)
<i>REGRESSÃO LOG COM DUMMY 1</i>	1,477	-2,156	0,629	0,954	0,137	2,635
<i>REGRESSÃO LOG COM DUMMY 2</i>	1,563	-2,236	0,584	0,623	0,121	2,419

Fonte: Elaboração própria

6.1.3.1- INTERPRETAÇÃO DAS REGRESSÕES

O modelo de melhor ajustamento dos dados empíricos é o Log Linear sem dummy.

A especificação do modelo estimado passa a ser a seguinte:

$\text{Log } \bar{X}_t \text{ BR} = 2,730 - 0,822 \text{ Log PIB}_{\text{UI}} + 0,585 \text{ Log TCR} \quad \therefore \bar{X} = \text{Valor médio das Exportações.}$

A interpretação econométrica do efeito dos regressores PIB_{UI} e TCR , indicam o que segue:

- e) O efeito do PIB do Uruguai sobre as exportações brasileiras para aquele país é significativo com uma probabilidade de 95%. Isto significa que mudanças na renda do Uruguai exercem influência nas exportações brasileiras.
- f) Quanto a taxa de câmbio real, as evidências indicam que econometricamente esta não tem nenhum efeito sobre as exportações brasileiras para o Uruguai, com uma probabilidade de 95%.
Isto quer dizer do ponto de vista econômico que as políticas cambiais brasileiras para o incremento nas exportações para o país-sócio não tem influência.

6.1.4- RESULTADOS IMPORTAÇÃO DO URUGUAI

Tabela 8

Coefficientes das Regressões - Importação do Uruguai

<i>IMPORTAÇÃO DO URUGUAI</i>	<i>a</i>	<i>b</i>	<i>c</i>	<i>d</i>
<i>REGRESSÃO LINEAR SEM DUMMY</i>	<i>47,210</i>	<i>9,65E-05</i>	<i>0,542</i>	
<i>REGRESSÃO LINEAR COM DUMMY 1</i>	<i>85,055</i>	<i>-4,21E-05</i>	<i>0,109</i>	<i>147,554</i>
<i>REGRESSÃO LINEAR COM DUMMY 2</i>	<i>119,307</i>	<i>2,15E-05</i>	<i>-0,137</i>	<i>82,943</i>
<i>REGRESSÃO LOG SEM DUMMY</i>	<i>1,106</i>	<i>0,193</i>	<i>1,21E-02</i>	
<i>REGRESSÃO LOG COM DUMMY 1</i>	<i>1,508</i>	<i>2,52E-02</i>	<i>0,161</i>	<i>0,319</i>
<i>REGRESSÃO LOG COM DUMMY 2</i>	<i>1,757</i>	<i>0,103</i>	<i>-0,122</i>	<i>0,183</i>

Fonte: Elaboração própria

Tabela 9

Estatísticas das Regressões - Importação do Uruguai

<i>IMPORTAÇÃO DO URUGUAI</i>	<i>t a</i>	<i>t b PIB</i>	<i>t cTCR</i>	<i>t d DUMMY</i>	<i>r² AJUST</i>	<i>F</i>
<i>REGRESSÃO LINEAR SEM DUMMY</i>	0,231	4	0,295		0,315	8,113
<i>REGRESSÃO LINEAR COM DUMMY 1</i>	0,568	-1,307	0,081	5,142	0,635	18,967
<i>REGRESSÃO LINEAR COM DUMMY 2</i>	0,648	0,644	-0,083	2,925	0,456	9,670
<i>REGRESSÃO LOG SEM DUMMY</i>	0,505	6,114	0,011		0,538	19,059
<i>REGRESSÃO LOG COM DUMMY 1</i>	0,883	0,564	0,195	4,468	0,721	27,669
<i>REGRESSÃO LOG COM DUMMY 2</i>	0,893	2,485	-0,128	2,911	0,663	18,803

Fonte: Elaboração própria

6.1.4.1- INTERPRETAÇÃO DAS REGRESSÕES

O modelo de melhor ajustamento dos dados empíricos é o Log Linear com dummy 1 para os períodos de janeiro de 1992 a junho de 1994 (0) e julho de 1994 a dezembro de 1999 (1).

A especificação do modelo estimado passa a ser a seguinte:

$$\overline{\text{Log } M_t \text{ BR}} = 1,508 + 0,0252 \text{ Log PIB}_{\text{BR}} + 0,161 \text{ Log TCR} + 0,319 D \quad \therefore \overline{M} = \text{Valor}$$

médio das Importações.

A interpretação econométrica do efeito dos regressores PIB_{AR} e TCR, indicam o que segue:

- g) O efeito do PIB do Brasil sobre as importações brasileiras originárias do país-sócio Uruguai não é significativo com uma probabilidade de 95%. Isto significa que mudanças na renda do Brasil não exercem influência nas importações brasileiras provenientes do Uruguai.
- h) Quanto a taxa de câmbio real, as evidências indicam que econometricamente esta não igualmente tem nenhum efeito sobre as importações brasileiras oriundas do Uruguai, com uma probabilidade de 95%.

Isto quer dizer do ponto de vista econômico que as políticas cambiais brasileiras não exercem influência no que diz respeito as importações provenientes do país-sócio Uruguai.

RELAÇÃO DE SIGLAS:

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

IPC-EUA - Índice de Preço ao Consumidor

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

OMC - Organização Mundial do Comércio

GATT- General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio).

FMI – Fundo Monetário Internacional

ALALC- Associação Latino Americana de Livre Comércio

ALADI- Associação Latino-Americana de Integração

MERCOSUL- Mercado Comum do Sul

ALCA- Área de Livre comércio das Américas

TEC- Tarifa Externa Comum

NAFTA- North America Free Trade Agreement (Acordo de Livre Comércio da América do Norte)

ZLC- Zona de Livre Comércio

UA- União Aduaneira

SACU- Southern African Customs Union

UEM- União Econômica e Monetária

CEE- Comunidade Econômica Européia

PIB- Produto Interno Bruto

PIB Real- Produto Interno Bruto Real

PIB Nominal- Produto Interno Bruto Nominal

TCR- Taxa de Câmbio Real

VCR- Vantagens Comparativas Reveladas

FONTES E BIBLIOGRAFIA:

Fontes primárias e recursos para pesquisa na Internet:

Aladi: www.aladi.org

Alca: www.ftaa-alca.org

Americas Net/Florida International University: <http://americas.fiu.edu>

Asia-Pacific Economic Cooperation/APEC: www.apecsec.org.sg

Association of Caribbean States: www.acs-aec.org

Association of Southeast Asian Nation: www.asean.or.id

CAN: www.comunidadandina.org

Caribbean Community: www.caricom.org

Centro brasileiro de documentação e de estudos da Bacia do Prata: www.cedep.ifch.ufrgs.br/

Mercosul (Secretaria Administrativa): www.mercosur.org.uy

Ministério das Relações Exteriores do Brasil: www.mre.gov.br

Nafta: www.nafta.net

Red Acadêmica uruguaia: www.rau.edu.uy/mercosur/

União Européia: www.europa.eu.int

Bibliografia Secundária

ALMEIDA, Paulo Roberto de, *O Mercosul no contexto regional e internacional*, São Paulo, Aduaneiras, 1993

———, “O futuro do Mercosul: Os desafios da agenda interna e da liberalização hemisférica”, in Marcos Costa Lima e Marcelo de Almeida Medeiros (orgs.), *O Mercosul no limiar do século XXI*, São Paulo: Cortez; Buenos Aires: CLACSO, 2000, pp. 17-26

———, “O Brasil e o futuro do Mercosul: dilemas e opções” in Paulo Borba Casella (coord.), *MERCOSUL: integração regional e globalização*, Rio de Janeiro: Renovar, 2000, pp. 13-38

———, “A dimensão social dos processos de integração”, in CHALOULT, Yves et ALMEIDA, Paulo Roberto de (orgs.), *Mercosul, Nafta e Alca: a dimensão social*, São Paulo, LTr, 1999

———, *Mercosul: fundamentos e perspectivas*, São Paulo, LTr, 1998

———, *O Mercosul no contexto regional e internacional*, São Paulo, Aduaneiras, 1993

ARAUJO, Nadia de, MARQUES, Frederico V. M. et REIS, Marcio M., *Código do Mercosul: tratados e legislação*, Rio de Janeiro, Renovar, 1998

BAPTISTA, Luiz Olavo, *O Mercosul: suas instituições e ordenamento jurídico*, São Paulo, LTr, 1998

BARBOSA, Rubens Antonio, *América Latina em Perspectiva: A Integração Regional da Retórica à Realidade*, São Paulo, Edições Aduaneiras, 1991

——— “Área de Livre Comércio da América do Sul: conformação de um novo espaço econômico”, *Boletim de Integração Latino-Americana*, Brasília, Ministério das Relações Exteriores, nº 18, jan.-jun. 1996

BASSO, Maristela (org.), *Mercosul: seus efeitos jurídicos, econômicos e políticos nos Estados-Membros*, Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 1996

BRANCO, Luizella Giardino B., *Sistema de Solução de Controvérsia no Mercosul: perspectivas para a construção de um modelo institucional permanente*, São Paulo, LTr, 1997

BLANCHARD, Oliver (Oliver J.)- Macroeconomia: Teoria e Política Econômica – Tradução [da 2ª Ed. Original] de Maria José Cyhlar Monteiro – Rio de Janeiro ; Ed. Campus – 2001 – pg. 25

BRANDÃO, Antônio Salazar P. e Lia Valls Pereira (orgs.), *Mercosul: perspectivas da integração*, Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996

CARVALHO, Alexandre – DE NEGRI, João Alberto, Brasília, Janeiro 2000, Texto de Discussão N° 698-IPEA, Estimação de equações de importação e exportação de produtos agropecuários para o Brasil (1977/1998)

CASELLA, Paulo Borba, (coord.), *Mercosul: integração regional e globalização* Rio de Janeiro: Renovar, 2000

——— *Mercosul: exigências e perspectivas, integração e consolidação do espaço econômico (1995-2001-2005)*, São Paulo, LTr, 1996

CHALOULT, Yves; ALMEIDA, Paulo Roberto de (orgs.), *Mercosul, Nafta e Alca: a dimensão social*, São Paulo, LTr, 1999

COSTA LIMA, Marcos; ALMEIDA MEDEIROS, Marcelo de, *O Mercosul no limiar do século XXI*, São Paulo, Cortez Editora; Buenos Aires, CLACSO, 2000

FARIA, José Ângelo Estrella, *O Mercosul: princípios, finalidade e alcance do Tratado de Assunção*, Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1993

FARIA, Werter, ‘Métodos de harmonização aplicáveis no Mercosul e incorporação das normas correspondentes nas ordens jurídicas internas’ in BASSO, Maristela (org.), *Mercosul: seus efeitos jurídicos, econômicos e políticos nos Estados-Membros*, Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 1996

FLORENCIO, Sérgio Abreu e Lima e ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga, *Mercosul Hoje*, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1996

FROYEN, Richard T. – Macroeconomia; Tradução de Esther E. H. Herskovitz, Cecília C. Bartalotti, Revisão Técnica de Roland veras Saldanha Jr. – São Paulo – Ed. Saraiva – 2001 – pg.19

GARRÉ COPELLO, Belter, *El Tratado de Asunción y el Mercado Común del Sur (Mercosur): los megablocos económicos y América Austral*, Montevideo, Ed. Universidad, 1991

GLOSSÁRIO- Manual de Economia - Ed. Saraiva – Equipe de Professores da USP – 3ª Edição – 1998

HORTA, Maria Helena e DE SOUZA, Carlos Frederico Braz, Rio de Janeiro, junho 2000, Texto de Discussão N° 736 - A inserção das exportações brasileiras: análise setorial no período 1980/96.

INTAL, Instituto para la Integración de América Latina y el Caribe *Informe Mercosur*, Buenos Aires, BID-INTAL, boletim semestral, 1996

——— *Integration and Trade*, Buenos Aires, revista quadrimestral, 1997 (também em espanhol; <http://www.iadb.org/intal/ingles/publicaciones/i-i&c.htm>)

LORENZONI Fº, Adelino Francisco, Monografia – UCPEL , 1998, Um Estudo Sobre o Câmbio e Exportações Durante o Plano Real.

MARTINS, Ives Gandra da Silva (éd.), *Tributação no Mercosul*, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1997

MELO, Celso Albuquerque de, *Direito Internacional de Integração*, Rio de Janeiro, Renovar, 1996

MERCADANTE, Araminta de Azevedo, CASELLA, Paulo Borba, *Mercosul: das negociações à implantação*, São Paulo, LTr, 1994

OTERMIN, Jorge Perez, *El Mercado Común del Sur: desde Asunción a Ouro Preto, aspectos jurídico-institucionales*, Montevideo, Fundación de Cultura Universitaria, 1995

PABST, Haroldo, *Mercosul: direito da integração*, Rio de Janeiro, Forense, 1997

PEREIRA, Ana Cristina Paulo, *Mercosul: o novo quadro jurídico das relações comerciais na América Latina*, Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 1997

PIANI, Guida - KUME, Honorio Rio de Janeiro, julho 2000 Texto de Discussão Nº 749 - Fluxos bilaterais do comércio e blocos regionais: uma aplicação do modelo gravitacional.

PLÁ, Juan Algorta (coord.), *O Mercosul e a Comunidade Européia: uma abordagem comparativa*, Porto Alegre, Ed. da UFRGS, Instituto Goethe/ICBA, 1994

PUCCI, Adriana Noemi, *Arbitragem Comercial nos países do Mercosul: análise comparativa da legislação, jurisprudência e doutrina dos autores da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai relativas à arbitragem*, São Paulo, LTr, 1997

REVISTA de Direito do Mercosul/Revista de Derecho del Mercosur, Buenos Aires, Editorial La Ley, 1997

RODRIGUES, Horácio Wanderley (org.), *Solução de Controvérsias no Mercosul*, Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 1997

SEITENFUS, Ricardo, *Manual das organizações internacionais*, Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 1997

SILVEIRA, Paulo Antônio Caliendo V. da, *Defesa da concorrência no Mercosul: acordos entre empresas, abuso de posição dominante e concentrações*, São Paulo, LTr, 1998

SOARES, Guido F. S., ‘Uma Revisão em Profundidade, em 1996, de: “As Instituições do Mercosul e as Soluções de Litígios no seu âmbito - Sugestões ‘De Lege Ferenda’ in BAPTISTA, Luiz Olavo, MERCADANTE, Araminta de A. et CASELLA, Paulo Borba (coords.), *Mercosul: Das Negociações à Implantação*, 2º éd., São Paulo, LTr., 1998

——— “A compatibilização da Aladi e do Mercosul com o GATT”, *Boletim de Integração Latino-Americana*, Brasília, Ministério das Relações Exteriores, nº 16, 1995, pp. 18-38

THORSTENSEN, Vera, “Relações comerciais entre a União Européia e o Mercosul: impacto da formação do bloco europeu e da política de comércio externo da UE para o Mercosul”, *Boletim de Integração Latino-Americana*, Brasília, Ministério das Relações Exteriores, nº 14, jul.-sept 1994, pp. 33-59

VALLADÃO, Alfredo, “Os dois trunfos do Mercosul: Soberania compartilhada e Miscigenação cultural”, in *O Mercosul e a Integração Sul-Americana: Mais do que a Economia*, Brasília, FUNAG, 1997

VELLOSO, João Paulo dos Reis (coord.), *Mercosul e Nafta: o Brasil e a integração hemisférica*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1995

VENTURA, Deisy de Freitas Lima (org.), *Direito Comunitário do Mercosul*, Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 1997

——— *A ordem jurídica do Mercosul*, Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 1996

——— (org.), *Mercosul: acordos e protocolos na área jurídica*, Brasília, Ministério da Justiça, 1996

VIGEVANI, Tullo, *Mercosul: Impactos para Trabalhadores e Sindicatos*, São Paulo, LTr, 1998